

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL MESTRADO**

**ENTRE OS LIVROS DO VISCONDE: A
BIBLIOTECA DA FAMÍLIA FERNANDES
PINHEIRO (RIO GRANDE DO SUL – SÉCULO XIX)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Bruna Gomes Rangel

**São Leopoldo, RS, Brasil
2016**

**ENTRE OS LIVROS DO VISCONDE: A BIBLIOTECA DA
FAMÍLIA FERNANDES PINHEIRO (RIO GRANDE DO
SUL – SÉCULO XIX)**

Bruna Gomes Rangel

Dissertação apresentada no Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Linha de Pesquisa Poder, Ideias e Instituições, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), como requisito para obtenção do grau de
Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira

**São Leopoldo, RS, Brasil
2016**

R196e Rangel, Bruna Gomes.
Entre os livros do visconde : a biblioteca da família
Fernandes Pinheiro (Rio Grande do Sul – século XIX) /
Bruna Gomes Rangel. – 2016.
78 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale do Rio
dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2016.
“Orientador: Prof. Dr. Paulo Staudt Moreira.”

1. História da família. 2. Práticas de leitura. 3. Família
Fernandes Pinheiro. I. Título.

CDU 94

AGRADECIMENTOS

Inicialmente, gostaria de agradecer à querida professora Ana Silvia Scott, que me orientou no primeiro semestre de trabalho e me ajudou a dar o rumo inicial nas minhas pesquisas. Ao querido orientador Paulo Moreira, que me acolheu após três meses de preocupação porque não sabia para onde ir. Por todas as reuniões, indicações de texto e e-mails trocados. Principalmente pela parceria, alegria e por ser sempre leve, conseguindo me acalmar nos meus momentos de ansiedade.

O meu agradecimento especial às professoras Nikelen Witter e Maira Vendrame, pela banca de qualificação que foi uma sessão de trabalho maravilhosa, que me ajudou bastante no restante do trabalho. Ao professor André Fertig, que me apresentou essa família ainda no início da graduação e provavelmente não imaginava a dimensão que isso teria. À Nikelen, Maira e André, obrigada por aceitarem fazer parte da banca avaliadora final deste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos, por todo o aprendizado que tive durante as disciplinas iniciais. Aos funcionários do PPGH, que sempre foram muito solícitos, ajudando bastante nas questões mais burocráticas. À CAPES, pela concessão de bolsa de estudos.

Às colegas Michele e Tuane, colegas que viraram amigas, inicialmente nas disciplinas com a parceria para trabalhos e artigos, nos encontros para tomar café e conversar, no grupo de *whatsapp* e até mesmo na coordenação de um simpósio temático.

Aos colegas do Grupo de estudos de História Cultural pelas poucas reuniões que conseguimos realizar, mas que foram importantes para minha reflexão sobre o assunto. Em especial à colega Elisa, que nos cafês após as aulas/reuniões compartilhava dos mesmos sentimentos em relação ao mestrado.

Aos amigos que desde a graduação são meus parceiros de pesquisa, de cafês, de chopps e de conversas, que foram parte da minha “família” em Porto Alegre. À Nanda, que sempre me ajudava nas correções dos capítulos, que sempre me “dava uma luz” quando eu estava perdida, que em meio a uma taça de vinho ou uma xícara de café me acolheu da melhor maneira. Ao Leandro, que mesmo na correria, sempre dava um jeito de me ajudar, fosse me acompanhando para um suco na Lancheria do Parque ou um café na minha casa, me ajudou a clarear as ideias e dar os primeiros passos na escrita do trabalho quando isso estava difícil.

Aos meus queridos colegas de apartamento Elisa, Marina, Patricia e Samuel que foram fundamentais nesses dois anos de convívio diário, pelas conversas e cappuccinos

compartilhados, vocês fizeram com que minha saída de casa fosse mais leve e acolhedora. À Eli por todas as madrugadas bebendo chá, por pegar livros na biblioteca, por me dar remédio quando eu estava com enxaqueca e por fazer doce e me levar no quarto quando eu estava confusa em meio a fichamentos e leituras. À Mari pelas jantadas deliciosas e bolos de cenoura nos domingos que sempre melhoravam meu humor.

Às minhas amigas “das antigas” Janaina, Raquel, Lisia e Priscila que entenderam as minhas ausências e que sempre estiveram me apoiando, não importando a distância. À minha cunhada e amiga Paula, que compartilhou momentos de alegria e de ansiedade nessa caminhada, que fez feira e tomou café comigo nos nossos momentos de saudade da família. Aos amigos de Santa Maria que sempre fizeram com que minhas visitas à cidade fossem mais leves e descontraídas, Luiza, Gustavo, Ana Claudia, Rodrigo, William, Barbara, Valesca, Rocha, Mauricio, Muriel e nossa “gordinha” amada Maria Fernanda. Ao Tavares, que foi um amigo que compartilhou as “aventuras” na capital, desde convites para comer cachorro quente do Rosário ou nas nossas longas conversas sobre o “futuro”.

Às profissionais da saúde que foram fundamentais nesse período. À Cris, fisioterapeuta querida, que além de tratar as minhas dores na cervical e fazer acupuntura, ainda se tornou uma amiga que tornou minhas tardes mais agradáveis. À dra. Denise, neurologista que tratou minhas crises de enxaqueca nos períodos mais críticos.

À minha família que é minha base, sem vocês eu não chegaria aqui. Mãe, pai, mana: obrigada por todo o incentivo, por aguentarem a distância apesar da saudade, pelas conversas no *FaceTime*; pelo amor aos livros herdado do meu pai, pelas comidinhas congeladas da minha mãe que facilitavam a vida na capital e pela amizade incondicional da minha querida maninha. Aos meus avós, tias e primos que sempre me apoiaram e me deram muito carinho, mesmo com a distância.

Ao meu amor, Matheus, que sempre foi o principal incentivador desse trabalho. Aquele que me convenceu a fazer a seleção quando nem eu acreditava que passaria, que revisou meus capítulos, me ajudou a ter ideias, me animou quando eu achava que não conseguiria terminar, me deu força quando eu chorei de saudade, que me visitou várias vezes em Porto Alegre mesmo com a correria da vida de professor. Aquele que há seis anos faz minha vida mais leve e feliz.

“Livros não mudam o mundo,
quem muda o mundo são as pessoas.
Os livros só mudam as pessoas”.

(Mário Quintana)

“De um autor inglês do saudoso século XIX:
O verdadeiro *gentleman* compra sempre três
exemplares de cada livro: um para ler, outro para
guardar na estante e o último para dar de presente.”

(do livro “Do Caderno H”. Mário Quintana)

RESUMO

Defesa de Dissertação
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Entre os livros do Visconde: a biblioteca da família Fernandes Pinheiro (Rio Grande do Sul – Século XIX)

AUTORA: BRUNA GOMES RANGEL
ORIENTADOR: PAULO STAUDT MOREIRA
São Leopoldo, 7 de Dezembro de 2016.

A presente dissertação tem por objetivo compreender as práticas de leitura de famílias da elite de Porto Alegre no século XIX, a partir do estudo de caso da família Fernandes Pinheiro. José Feliciano Fernandes Pinheiro, o Visconde de São Leopoldo, foi um intelectual e político brasileiro, considerado o primeiro historiador do Rio Grande do Sul, apesar de ter nascido em Santos (RJ). A biblioteca da família, arrolada no inventário *post mortem* do Visconde, era composta por 754 livros. A análise baseia-se nas propostas teórico-metodológicas da Nova História Cultural e investiga as práticas de leitura e os significados da acumulação e posse de bibliotecas por parte de segmentos das elites oitocentistas, como demonstrativo de estilo de vida e forma de auto-representação. O objetivo foi compreender os usos desta biblioteca, não só no prazer imediato da leitura, mas como forma de auto-representação de indivíduos de elite. Em uma sociedade ainda fortemente calcada em noções de honra, qual o papel de um acervo bibliográfico deste volume? Desnaturalizamos este acervo bibliográfico, pensando a sua constituição como um investimento familiar não apenas dirigido a formação de um capital financeiro, mas a um capital simbólico, a uma insígnia de gosto de classe vinculado à ilustração e ao refinamento.

Palavras-chave: História da família; Práticas de Leitura; Família Fernandes Pinheiro

ABSTRACT

Master Course Dissertation
Graduate Program in History
Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Between the books of the Viscount: the library of the Fernandes Pinheiro family (Rio Grande do Sul – Nineteenth century)

AUTHOR: BRUNA GOMES RANGEL
ADVISOR: PAULO STAUDT MOREIRA
São Leopoldo, December 7th, 2016.

This master thesis aims to understand the elite families practices reading in Porto Alegre in the nineteenth century, from the case study of Fernandes Pinheiro Family. José Feliciano Fernandes Pinheiro, the Viscount of São Leopoldo, was a brazilian intelectual and politician, considered the first historian of Rio Grande do Sul, despite being born in Santos (RJ). The family library, listed at inventory *post mortem* of Viscount, was composed by 754 books. The analysis is based on theoretical and methodological proposals of the New Cultural History and investigates the reading practices and meanings of accumulation and possession of libraries by segments of the nineteenth-century elites, as a lifestyle statement and self-representation. The purpose was to understand the uses of this library, not only in the immediate pleasure, but also as form of self-representation of elite individuals. In a society strongly based on notions of honor, what is the role of a collection this volume? We desnaturalized this bibliographic, considering its constitution as a family investment not only directed to the formation of a financial capital, but also as a simbolic capital, a insígnia of lifestyle linked to illustration and refinement.

Key-words: Family history; Reading practices; Fernandes Pinheiro Family

LISTA DE ANEXOS

| | |
|---|-----------|
| ANEXO 1 – Árvore Genealógica Família Fernandes Pinheiro..... | 71 |
| ANEXO 2 – Rol de livros..... | 72 |
| ANEXO 3 – “Cartas sobre a educação de meninas”..... | 73 |
| ANEXO 4 – Cadeirinha da Viscondessa de São Leopoldo..... | 74 |
| ANEXO 5 – Imagens atuais do Solar..... | 75 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----------|
| Quadro 1 – Biblioteca do Visconde de São Leopoldo dividida por assuntos..... | 30 |
| Quadro 2 – Biblioteca do Visconde de São Leopoldo dividida por idiomas..... | 31 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| CAPÍTULO 1: História da família, elites e práticas de leitura no Brasil..... | 12 |
| 1.1. Um breve balanço historiográfico sobre história da família | 12 |
| 1.2. História das elites: conceitos e metodologias..... | 16 |
| 1.3. A história dos livros e das práticas de leitura | 18 |
| 1.4. Fontes para a história das práticas de leitura | 23 |
| 1.5. O Visconde de São Leopoldo e sua biblioteca pessoal..... | 24 |
| CAPÍTULO 2 – Nas prateleiras do Visconde: a biblioteca pessoal da família | |
| Fernandes Pinheiro..... | 31 |
| 2.1. A educação do Visconde de São Leopoldo..... | 31 |
| 2.2. A instrução pública no Rio Grande do Sul..... | 36 |
| 2.3. A educação e as práticas de leitura femininas no século XIX | 40 |
| 2.4. A medicina popular: os manuais de medicina no século XIX | 44 |
| CAPÍTULO 3 – A biblioteca como símbolo de auto-representação | 47 |
| 3.1. Os conceitos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias | 47 |
| 3.2. O estilo de vida de uma família de elite | 49 |
| 3.3. Circulação dos livros na província: as redes de relações | 56 |
| 3.4. Algumas obras raras da biblioteca dos Fernandes Pinheiro | 60 |
| CONCLUSÃO..... | 63 |
| LISTA DE FONTES..... | 70 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 72 |

INTRODUÇÃO

“O jovem José Feliciano não era um prodígio de talento, mas sim de aplicação; e as horas, que seus companheiros davão no recreio, consagrava-as ele aos livros, de sorte que no dia seguinte a victoria pendia para o seu lado; o estudo tinha vencido a fácil concepção e a feliz memoria”. A frase faz parte da biografia publicada por Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, sobrinho de José Feliciano Fernandes Pinheiro, Visconde de São Leopoldo, um dos membros da família estudada nesta dissertação. O trecho demonstra que os principais companheiros de José na infância eram os livros, que teriam o acompanhado ao longo de toda sua trajetória. Assim, nosso objetivo com esse estudo é compreender as práticas de leitura de famílias de elite que viviam em Porto Alegre no século XIX, utilizando como estudo de caso a família do Visconde de São Leopoldo.

A trajetória até esse tema, começou na graduação, no curso de História da Universidade Federal de Santa Maria, através do projeto de pesquisa “A história política da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1866 – 1889)”, coordenado pelo professor André Fertig, com o subprojeto “Os políticos da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no Império do Brasil”. Assim, nesse projeto, o militar e político Visconde de Pelotas passou a ser o foco dos meus estudos, sendo seus discursos, publicados nos jornais do Império, bem como suas correspondências pessoais, as fontes principais de análise.

Durante a graduação também participei como bolsista do projeto de pesquisa “Hierarquia social, trabalho e família na fronteira meridional do Brasil (século XIX)”, coordenado pelo professor Luis Augusto Farinatti. Através desse, teve início meu interesse pelo estudo da história da família e das elites, bem como pelas formas de hierarquia social da sociedade do Oitocentos. Nesse projeto as fontes principais utilizadas eram os documentos paroquiais, como os registros de batismo e de casamento.

A partir desses dois projetos de pesquisa, iniciou-se meu projeto de monografia para o Trabalho de Conclusão de Curso, sob o título ““Minha querida Maria Rita”: cotidiano e vida familiar no final do século XIX através das correspondências pessoais do Visconde de Pelotas e sua esposa”. Nesse trabalho, o objetivo foi compreender o cotidiano de uma família da elite de Porto Alegre no século XIX, com o foco principal na relação pessoal entre o político e a esposa, bem como em relação aos filhos do casal, sobre a sua saúde e educação, temas principais que permeavam as correspondências. Na monografia em questão, foi citada a biblioteca pessoal de José Feliciano Fernandes Pinheiro (1774-1847)

- sogro do Visconde de Pelotas - sendo parte do patrimônio da família, estando arrolada por completo nos inventários da família. Assim, a banca sugeriu que o trabalho fosse continuado em um projeto de dissertação de mestrado, para compreender as práticas de leitura e educação dessas famílias.

No início do mestrado, sob orientação da professora Ana Silvia Scott, o objetivo inicial do trabalho era compreender a educação das filhas das famílias de elite, ou seja, era voltado para a história das mulheres e da família. Porém, com a falta de fontes para cumprir o objetivo inicial, o projeto foi sendo adaptado até chegar no objetivo final, que consiste em entender as práticas de leitura de famílias de elite no século XIX, tendo como eixo norteador a família do Visconde de São Leopoldo. Ou seja, o estudo da família do Visconde de São Leopoldo servirá como pretexto para o estudo das práticas de leitura de famílias de elite do oitocentos, isto sem desprezar a excepcionalidade desta família, mas tomando-a como indício de uma certa normalidade em termos de hábitos e padrões de leitura.

Nesse sentido, utilizamos como fonte principal os inventários post-mortem desta família, que possuem informações importantes para perceber o patrimônio da família em determinado período¹. A investigação deste tipo de fonte, mesmo que imperfeita como todas as demais, nos permitem uma compreensão dos padrões de investimento, acumulação e transmissão patrimonial, fornece dados genealógicos e pistas sobre hábitos mais *íntimos*, pela análise do mobiliário, por exemplo².

Entre os bens arrolados e avaliados pelos peritos encontramos os livros, individualmente listados, que consistem na fonte principal de nossa pesquisa. Outra fonte utilizada na pesquisa é o conjunto de correspondências pessoais que citam questões como a educação dos filhos e pedidos de remessa de livros encomendados a amigos³. Também nos utilizamos de algumas listas de gastos e listas de livros que o Visconde de São Leopoldo mandava vir do exterior.

A partir da leitura de “Palácios de destinos cruzados”, de Tania Bessone (1999), nos inspiramos para compreender as práticas de leitura no Rio Grande do Sul através da biblioteca pessoal de um agente histórico. Bessone analisa a presença de livros e

¹Sobre o uso dos inventários post-mortem como fontes históricas, ver: FRAGOSO (2006), SCHERER (2008 - parte 1.2), FLEXOR (2009), FURTADO (2009), XAVIER (2010), VARGAS (2013), VOGT; RADÜNZ (2013).

² PERROT, 2011

³ Ver: HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*. Vol. 10, nº 19, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1997; FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.

bibliotecas nos inventários de médicos e advogados do Rio de Janeiro, traçando assim um perfil dos integrantes dos círculos de leitores da cidade.

Sendo assim, elaboramos alguns questionamentos específicos que baseiam nosso problema de pesquisa: Os livros arrolados nos inventários eram, de fato, lidos pelos integrantes da família ou eram apenas objetos de coleção? Onde eram comprados esses livros? Qual a relação do Visconde de São Leopoldo com os livros, visto que era sócio de gabinetes de leitura? As mulheres da família também liam esses livros? A partir da comparação com outras famílias do mesmo período, quais eram as práticas de leitura das famílias de elite no século XIX? Essas são algumas das questões que pretendemos responder ao longo da nossa dissertação.

Portanto, no primeiro capítulo, o objetivo é realizar um breve balanço historiográfico relativo à história da família, das elites e da leitura no Brasil, bem como relativo à metodologia e fontes que iremos utilizar. Também nesse capítulo, pretendemos contextualizar o leitor sobre a família que é objeto desta pesquisa, sobre a trajetória do Visconde de São Leopoldo e de sua família, que tivemos acesso através de suas “Memórias”, publicações de jornais, correspondências pessoais e obras escritas por ele.

No segundo capítulo, a finalidade é explorar a biblioteca pessoal da família Fernandes Pinheiro dividindo-a por categorias temáticas e por idiomas, em uma abordagem qualitativa, respondendo a questionamentos como: Os livros presentes na biblioteca eram lidos tanto pelos homens da família quanto pelas mulheres? Como era a educação das meninas da família? Havia uma rede de relações que possibilitava a compra de livros mais raros? Nesse capítulo, as fontes que serão base para a pesquisa são os inventários post-mortem de membros da família, bem como as listas de gastos e correspondências pessoais.

No terceiro capítulo, o objetivo é compreender os usos desta biblioteca, não só no prazer imediato da leitura, mas como forma de auto-representação de indivíduos de elite. Em uma sociedade ainda fortemente calcada em noções de honra, que tinham como substrato a violência física (real ou potencial) e a demonstração de valentia, qual o papel de um acervo bibliográfico deste volume?⁴ Pensamos em desnaturalizar este acervo bibliográfico, pensando a sua constituição como um investimento familiar não apenas dirigido a formação de um capital financeiro, mas a um capital simbólico, a uma insígnia

⁴ Sobre a honra, ver: REMEDI, José Martinho Rodrigues. *Palavras de Honra: Um estudo acerca da honorabilidade na sociedade sul-rio-grandensedo século XIX, a partir dos romances de Caldre Fião*. São Leopoldo, PPGH / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2011. [Tese de doutorado]; e VENDRAME, Maira. *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. Porto Alegre, PPGH / PUCRS, 2013. [Tese de doutorado]

de gosto de classe vinculado à ilustração e ao refinamentos. Correspondências pessoais, listas de livros e as memórias nos permitirão (acreditamos) relacionar práticas de leitura, educação e a constituição de uma auto-imagem vinculada ao talento. Segundo o sociólogo Norbert Elias (1993),

O aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária para escrevê-los quanto para lê-los. (ELIAS, 1993, p. 229)

Neste capítulo também temos por objetivo investigar como os livros raros presentes na biblioteca chegavam no Rio Grande do Sul, visto que muitos eram estrangeiros. Assim, através de uma metodologia mais qualitativa, esperamos compreender as práticas de leitura de uma família de elite no século XIX.

⁵ Ver: BOURDIEU, P. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121; e BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.

CAPÍTULO 1: História da família, elites e práticas de leitura no Brasil

Para o estudo de uma família da elite sulriograndense no século XIX é necessária uma breve reflexão sobre a historiografia brasileira relativa à família. O campo da história da família é bastante diversificado no Brasil, abarcando um grande diálogo interdisciplinar, utilizando elementos variados que vão desde a demografia histórica até a micro-história. Dentro dessa perspectiva, Oliveira Vianna e Gilberto Freyre estão dentre os primeiros autores a colocar a família no centro do debate, sendo os primeiros teóricos a citar a noção de família com hegemonia patriarcal.

1.1. Um breve balanço historiográfico sobre história da família

No caso do trabalho de Freyre, que analisou as famílias dos senhores de engenho de Pernambuco no século XIX, o patriarca é representado tendo um total domínio sobre a esposa, os filhos, as famílias dos filhos, os escravos e os agregados. Vianna empregou o mesmo modelo para descrever o modo de vida e o funcionamento das famílias que compunham a sociedade sulriograndense, contudo, utilizou o conceito de “clã parental”. Assim, passa a ser a família e não o indivíduo ou o Estado o verdadeiro fator colonizador do Brasil, como afirma Faria (2000) “exercendo a justiça, controlando a política, produzindo riquezas, ampliando territórios e imprimindo o ritmo da vida religiosa”.

A utilização da demografia histórica ajudou a repensar o modelo de família vigente na historiografia e se proliferou no Brasil enquanto metodologia aplicada ao estudo da família nos anos 1970 e 1980. Através da inclusão de novas metodologias e fontes a história da família passou por uma renovação, expandido seus objetos de estudo. Com o avanço da história social na década de houve uma diversificação temática, como análises sobre a condição feminina, a criança, a ilegitimidade, o casamento e a transmissão de fortunas. Houve também um avanço nos estudos sobre as famílias escravas, com as contribuições de autores como Manolo Florentino (2002) e Robert Slenes (1985), por exemplo.

As fontes principais que fundamentam a demografia histórica são as fontes paroquiais, tais como registros de batismos, de casamentos ou de óbitos. Os trabalhos que utilizam a demografia histórica⁶, aliados às análises da economia doméstica e a relação

⁶ “A demografia histórica tem como objeto de estudo as populações humanas do período pré-censitário, sendo o campo da Ciência Social que, estabelecendo o estado e os movimentos daquelas populações, procura identificar as causas e consequências de tais fenômenos, bem como explicitar as inter-relações, destes, com outros elementos da vida em sociedade. Para tanto, lança mão das técnicas e dos conhecimentos das demais ciências e desenvolve técnicas e modelos próprios, utilizando, além dos dados tradicionalmente

interdisciplinar com as ciências sociais vieram contestar o conceito de família patriarcal⁷. Esses estudos questionam o modelo de família patriarcal a medida em que demonstram a existência de estruturas familiares diversificadas. Na esteira dessas reflexões, Eni de Mesquita Samara afirmou que o conceito de família patriarcal explicou a família brasileira em um momento de nossa formação, mas que essa família mudou com o tempo, assumindo configurações regionalmente diferentes. Ana Silvia Scott (2009) problematiza a questão do conceito de família patriarcal, afirmando que

Ao refletirmos sobre a trajetória dos estudos sobre a família no Brasil, verificamos que entre as décadas de 1980 e 1990 temos um dos momentos de intenso debate sobre o patriarcalismo. Naquela oportunidade houve uma polarização entre a historiografia tradicional, que defendia o predomínio da “família patriarcal” (vinculada aos nomes de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Cândido de Mello e Souza) e aqueles que ressaltavam a obsolescência do modelo patriarcal enquanto elemento de compreensão do “passado familiar” brasileiro. (SCOTT, 2009, p. 21)

No final da década de 1980, Ronaldo Vainfas (1989) retoma a discussão sobre família patriarcal que estava sendo bastante criticada. Ele afirma que o patriarcalismo não significa o mesmo que família extensa e não se deve negligenciá-lo nos estudos sobre a família brasileira. Scheila Faria(2000) afirma que o patriarcalismo deve ser diretamente relacionado ao domínio masculino sobre as esferas sociais e políticas, não apenas na vida doméstica, bem como aponta que os estudos que questionam o patriarcalismo são mais concentrados em regiões urbanas, sendo necessários mais estudos sobre as regiões rurais. Silvia Brügger (2007), por exemplo, parte da noção de patriarcalismo como um conjunto de valores e práticas que colocam a família no centro da ação social, aplicando-o à sua análise sobre a sociedade mineira. Bert Barickman (2003) retoma a discussão, chamando a atenção para a “confusão conceitual” entre família patriarcal e família extensa. O conceito de patriarcalismo remete ao poder pátrio, à autoridade dada aos pais e aos maridos sobre seus filhos e esposas.

Scott (2009) estudou a família em Portugal para compreender melhor a influência e as adaptações que a matriz familiar lusitana teve no território colonial americano, procurando comparar a organização familiar brasileira com a região noroeste de Portugal. Em artigo sobre a historiografia da família no Brasil a autora ressalta duas características

considerados pela demografia, todas e quaisquer fontes que possam server ao seu escopo. Presentes estas fontes e aquelas técnicas e modelos, a demografia histórica estende-se ao período censitário. (COSTA, Iraci del Nero. Demografia histórica: algumas observações.” In: SÆCULUM – Revista de História; João Pessoa, jan./jun. 2011)

⁷Um exemplo de trabalho que faz isso é a dissertação de Carla Barbosa, que estuda as relações e organização dos núcleos familiares pertencentes à elite farroupilha, através das correspondências trocadas entre membros dessas famílias. BARBOSA, Carla. A casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835 – 1845). Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS: 2009. 139p.

dos trabalhos mais recentes sobre história da família. A primeira é a utilização de fontes diversificadas, além dos registros paroquiais e listas de população, tais como os inventários post-mortem, processos-crimes, cartas, diários, escrituras de dote, de compra e venda de escravos, fotografias, entre outras. A segunda, em relação às metodologias utilizadas, é a preferência pelas pesquisas de microanálise e o cruzamento de fontes, que analisam diferentes regiões do país e os diferentes grupos sociais.

A demografia histórica permitiu estudar melhor a família escrava, pois se utiliza de registros de batismos, casamentos e óbitos, que são fontes socialmente mais abrangentes visto que os párocos registravam crianças tanto pobres como ricas, tanto livres como escravas. Diversos trabalhos mais recentes, que se utilizam das fontes paroquiais prioritariamente, analisam as relações de compadrio e as estratégias das famílias escravas. O batismo era o sacramento mais difundido, a partir daí os historiadores analisam as estratégias e mecanismos por trás da escolha dos padrinhos e madrinhas. No caso dos trabalhos de Brugger e Machado, as autoras percebem as estratégias dos segmentos sociais subalternos na escala social, no caso dos escravos e os forros, para que seus filhos fossem batizados por pessoas de estatutos sociais superiores hierarquicamente. Cacilda Machado (2006), nesse sentido, deu ênfase às alianças sociais entre escravos, negros e pardos livres, verificando:

que o parentesco espiritual era utilizado tanto como estratégia para criar laços com pessoas de estatutos sociais superiores para obter proteção, como também poderia funcionar como meio de socialização de modo a formar uma comunidade de escravos e livres pobres. (MACHADO, 2006 apud SCOTT, 2009 p. 28)

Cristiany Rocha (2004) acredita que a família escrava era, ao mesmo tempo, fator de manutenção e de limitação do domínio senhorial. Os laços de parentesco (tanto rituais, quanto consanguíneos) proporcionavam melhores condições para o escravo suportar a escravidão. Assim, Rocha afirma que no atual estágio da historiografia sobre a família escrava ainda se tem muito o que avançar:

Os resultados apontados pelos estudos demográficos precisam ser avaliados e, ao mesmo tempo, articulados às abordagens mais qualitativas, por meio de estudos de casos circunscritos ao âmbito das fazendas, que permitam o entrecruzamento de fontes e a análise contínua no tempo. Faz-se necessário, portanto, um ajuste no foco de observação com a finalidade de se alcançarem novos aspectos do objeto em questão, bem como discutir os “velhos aspectos” de uma outra perspectiva. (ROCHA, 2004, p. 35)

Outra autora que trabalha com essa temática é Sherol Santos (2009) que afirma que a família escrava representa a possibilidade de pensar o escravismo como um sistema relacional, que não exclui o viver escravo, e representa também uma resistência silenciosa

ao sistema, sendo assim uma conquista do cotidiano. Gabriel Berute (2006) afirma que a família escrava é um dos temas que tem recebido a atenção dos pesquisadores das sociedades escravistas, sendo:

ora entendida como uma política de dominação senhorial, ora interpretada como uma das estratégias de resistência acionadas pelos escravos, a produção historiográfica das últimas décadas contribuiu para o avanço do conhecimento a respeito do papel da família nas formas de sociabilidade da comunidade escrava em diferentes regiões do Brasil durante o período colonial e imperial. (BERUTE, 2006, p. 1)

No trabalho de Mariana Muaze (2006), que se utiliza de uma grande variedade de fontes, como correspondências pessoais e fotografias de família, a autora conclui que

a família oitocentista seria aquela que apesar de se organizar de uma forma mais reduzida, muitas vezes em essência pai, mãe e filhos, ainda se mantinha atrelada às solidariedades da família extensa que se estendiam à política local, aos empréstimos de dinheiro, à prestação de favores, às obrigações recíprocas, às estratégias de casamento endogâmicas, etc. (MUAZE, 2006, p. 373)

Nos estudos realizados por Sérgio Buarque de Holanda (1977) – ainda em se tratando de família – nota-se a capacidade de os elos familiares serem estendidos para além dos laços de consanguinidade, constituindo-se também por escravos e agregados, por exemplo, que se incorporavam à dinâmica familiar como um todo. Fábio Kuhn (2006) afirma que

atualmente, está consolidada a opinião de que a concepção da família na Colônia deve ser bastante elástica, dado que o termo família extrapolava os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais” e, assim, aponta a necessidade de “estudos que articulem as redes sociais, as relações de parentesco, residência e vizinhança; as estratégias matrimoniais e os sistemas de herança; o papel dos vínculos de amizade e solidariedade; enfim, todo o universo de sociabilidades em que se insere o indivíduo” (KÜHN, 2006, p. 16)

No capítulo “Negro não se casa: um balanço da historiografia sobre família escrava no Rio Grande do Sul”, de Paulo Moreira e Natalia Garcia (2014), publicado no livro “História da família no Brasil Meridional: temas e perspectivas”, os autores citam as dissertações e teses recentes realizadas na historiografia sul riograndense relativa à família escrava. Uma das autoras citadas é Melina Perussato (2010) que investiga experiências de cativo, parentesco, emancipação e liberdade vivenciados por trabalhadores escravos nas últimas décadas da escravidão. A autora afirma que os escravos “estavam vinculados às famílias senhoriais, mas tinham lutas e estratégias próprias. Estavam muito longe de se constituírem em meros instrumentos da atuação das famílias de elite”. Perussato afirma que:

não obstante, a percepção estrutural da família não significa, sobremaneira, que a viabilidade e existência ao longo do tempo de famílias nucleares ou matrifocais, legítimas ou ilegítimas, estava condicionada somente à anuência senhorial. Preferimos a hipótese de que a sua formação e estabilidade

transcendia a unilateralidade, situando-se num campo de disputas e negociações entre senhores e cativos. (PERUSSATO, 2010, p. 24)

Já a dissertação de Marcelo Matheus (2012), baseada na história social da escravidão, analisa como as relações familiares entre escravos se relacionavam à conquista da liberdade, comprovando que os escravos que constituíram famílias estáveis tinham mais chances de serem alforriados. A tese de Silmei Petiz (2009) aborda as relações familiares entre cativos, através de registros paroquiais:

foi possível visualizar uma fração da história dessas famílias, percebendo-se que alguns desses cativos tiveram a oportunidade de casar, gerar filhos, estabelecer relações de compadrio de várias maneiras, fornecendo pistas sobre como a comunidade escrava na região articulava suas relações familiares. (PETIZ, 2009, p. 296)

Portanto, a existência de famílias escravas não é mais questionada, mas sim, seus variados arranjos são amplamente estudados, através de fontes eclesiásticas, inventários post-mortem, documentos judiciais e policiais, bem como registros de compra e venda de escravos e alforrias.

1.2. História das elites: conceitos e metodologias

Em nosso trabalho, a opção por centrar a investigação em torno de uma família de elite é uma questão metodológica, como uma solução de escalas, pois o enfoque nesse universo de análise reduzido pode ajudar-nos a cruzar fontes diversas, que permitirão a densificação de nosso objeto. Entendemos o estudo de elites em um sentido mais amplo, de uma abordagem no sentido de entender as famílias em suas relações com a sociedade e suas redes de alianças e interesses “que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor” e não como um grupo isolado. Nesse sentido, é importante realizar um breve balanço historiográfico a respeito da história das elites, para melhor entender a discussão em que nosso trabalho se situa.

Para conceituar o termo elite, utilizamos autores como Flavio Heinz (2006), Giovanni Busino (1992) e Maria Fernanda Martins (2007). De acordo com Heinz, elite seria um termo empregado em um sentido amplo e descritivo, com referência a categorias

⁸ “Retomando uma metáfora que foi muito utilizada nos últimos anos, variar a focalização de um objeto não é unicamente aumentar ou diminuir seu tamanho no visor, e sim modificar sua forma e sua trama. Ou então, para lançar mão de outro sistema de referência que a mim pessoalmente me parece mais elucidativo – o cartográfico –, a escolha de uma ou outra escala de representação não equivale a representar em tamanhos diversos uma realidade constante, e sim a transformar o conteúdo da representação mediante a escolha do que é representável”. (REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 15, n. 45, set./dez. 2010, p. 434-444: p. 438)

ou grupos que parecem ocupar o topo de estruturas de autoridade ou de distribuição de recursos. Já para o sociólogo Busino o termo elite diz respeito

a minoria que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. (BUSINO, 1992, p. 8)

Um dos principais métodos utilizados pela história das elites é a prosopografia, ou biografia coletiva, que busca revelar as características comuns de um determinado grupo social em um dado período histórico. A prosopografia consiste em “definir uma população a partir de um ou vários critérios e estabelecer, a partir dela, um questionário biográfico cujos diferentes critérios e variáveis servirão à descrição de sua dinâmica”. Não é o caso desse trabalho, pois nos utilizaremos da redução de escala em uma família específica para realizar um estudo de caso.

Ainda sobre o conceito de elite, para John Scott, ela é definida como uma vasta zona de investigação científica

cobrando profissionais da política, empresários, legisladores, etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular, ou seja, a minoria dispondo, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente ou de qualidades adquiridas (...) No plural, a palavra “elites” qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, de seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade. (SCOTT, 1995, p. 9)

No artigo “Os tempos da mudança: elites, poder e redes familiares no Brasil, séculos XVIII e XIX”, Martins (2007) trata de uma elite tradicional que ocupava cargos administrativos coloniais e que poderiam transpor o tempo das rupturas, mantendo-se no poder apesar das transformações, como é o caso do Marques de Olinda (1781 – 1847), que desde sua primeira nomeação até a última transcorreram 42 anos de turbulências e conflitos. Martins (2007) preocupa-se em compreender essa elite

não como a representação de um grupo isolado, a partir de suas características internas de formação e composição, mas considerando ainda suas relações dinâmicas e constantes com a sociedade, através das estratégias de aliança e jogos de interesse que se constroem e se refazem permanentemente ao seu redor. (MARTINS, 2007, p. 408)

No centro da noção de rede encontram-se as famílias, uma vasta estrutura de integração que se verifica em diversos níveis, que englobam as relações decorrentes de estratégias de aliança como, por exemplo, o casamento. O casamento endogâmico, ou seja, entre membros da mesma família era aceito para manter o status da família, seja

econômica, política e socialmente, nos casos das famílias de elite. Era importante que os membros das famílias de elite se casassem com membros de outra família de elite, porém, quando não se encontrava outra família importante para realizar a união, os casamentos consanguíneos apareciam como melhor escolha. Como afirma Amanda Hot (2010):

Os casamentos entre membros de uma mesma família apresentavam-se como uma estratégia eficaz para garantir que os bens da família não se dispersassem, como também para a manutenção do prestígio familiar, não incorrendo no risco de manchar a linhagem da família. (HOT, 2010, p. 39)

Jonas Vargas (2010), ao analisar a elite política do Rio Grande do Sul, demonstrou que o acesso dos políticos que alcançaram os maiores cargos foram frutos de uma estratégia familiar, sendo parte dos projetos familiares a distribuição da parentela em posições-chave. Luis Augusto Farinatti (2010), ao pesquisar algumas famílias da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, observou algumas estratégias da elite agrária do município de Alegrete, demonstrando como essas famílias reuniam recursos militares e econômicos.

Nesse sentido, para o nosso trabalho, nos identificamos com o conceito de elites de Martins (2006), que procura entender a elite como um grupo integrado e com relações dinâmicas com a sociedade, porém, compreendida como o topo da estrutura social, com acesso privilegiado à distribuição de recursos. Nessa pesquisa, a ideia é conciliar a história da família com a história das elites para realizar o estudo das práticas de leitura dessas famílias. A decisão de estudar famílias de elite é uma solução de escala, como afirma Heinz (2006, apud MENEGAT, 2009), uma chave metodológica para perscrutar a complexidade social a partir do enfoque em universos de análise ao mesmo tempo reduzidos e abundantes em informações sociais⁹.

1.3. A história dos livros e das práticas de leitura

A história das práticas de leitura é uma das vertentes da chamada história cultural, que tem sua origem na história das mentalidades e se apresenta como a “nova história cultural”, que se distingue da antiga “história da cultura”. A Nova História Cultural não recusa as expressões culturais das elites ou classes letradas, mas se interessa principalmente pelas manifestações das massas anônimas, como as festas e as resistências, por exemplo. A história cultural também é uma história plural, apresentando

⁹HEINZ, Flavio (org.) Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. apud MENEGAT, Carla. O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos. (Rio Grande de São Pedro, Século XIX). Porto Alegre, 2009. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da universidade Federal do Rio Grande do Sul.

caminhos alternativos para a investigação histórica, dialogando com outros campos como a antropologia, a história literária, a geografia e a história da arte. A história cultural tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída. Desse modo, um terreno comum dos historiadores culturais é a preocupação com o simbólico e suas interpretações.

A fim de melhor demonstrar as possibilidades da história cultural, apresentaremos as suas três principais vertentes, que são: a história da cultura praticada por Carlo Ginzburg (1986); a história cultural de Roger Chartier (1980) e a história cultural produzida pelo inglês Edward Thompson (1978). Carlo Ginzburg, historiador italiano, utiliza o conceito de cultura popular, que é adotado em sua obra “O queijo e os vermes” como sendo um conjunto de atitudes, crenças, códigos de comportamento próprios das classes subalternas num certo período histórico:

se define antes de tudo pela sua oposição à cultura letrada ou oficial das classes dominantes, o que confirma a preocupação do autor em recuperar o conflito de classes numa dimensão sociocultural globalizante. Mas a cultura popular se define também, por outro lado, pelas relações que mantém com a cultura dominante, filtrada pelas classes subalternas de acordo com seus próprios valores e condições de vida. (CARDOSO, VAINFAS, 1997 p. 152)¹⁰

Já o francês Roger Chartier rejeita a visão dicotômica de cultura popular e cultura erudita, em favor de uma noção abrangente, mas não homogênea, de cultura. Assim, se afasta das mentalidades e da tradição francesa da história social e valoriza o dimensionamento da cultura em termos de classes sociais, desde que não se delimite as classes em qualquer âmbito externo ao da produção e consumo culturais. Chartier propõe um conceito de cultura enquanto prática, que visa reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição, bem como sugere as categorias de representação e apropriação.

Edward Thompson, historiador inglês, propõe o modelo de história cultural marxista. O campo teórico da cultura popular em Thompson valoriza a resistência social e a luta de classes em conexão com as tradições, os ritos e os cotidianos das classes populares em um contexto histórico de transformação.

¹⁰ Neste livro, Ginzburg usa o noção bakhtiniana de circularidade cultural, um “influxo recíproco entre cultura subalterna e cultura hegemônica, particularmente intenso na primeira metade do século XVI”. (GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Cia. Das Letras, 1987, p. 21). Ver: BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Editora Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993. No Brasil vários pesquisadores utilizam estas noções, ver: ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Peter Burke, na conclusão de sua obra introdutória “O que é a história cultural” reflete sobre a acessibilidade da história cultural para os historiadores, bem como para o público mais amplo, conjecturando sobre as modas culturais:

Não acredito que a história cultural seja a melhor forma de história. É simplesmente uma parte necessária do empreendimento histórico coletivo. Como suas vizinhas – história econômica, política, intelectual, social e assim por diante - essa abordagem ao passado dá uma contribuição indispensável a nossa visão de história como um todo, “história total”, como dizem os franceses. (BURKE, 2005, p. 163)

Para compreender as práticas de leitura no século XIX é necessário realizar um breve balanço historiográfico em relação à história dos livros e das práticas de leitura. Na historiografia francesa contemporânea estão as abordagens mais sistemáticas que renovaram os estudos sobre a história das práticas de leitura, como Roger Chartier, Henri-Jean Martin, Parent Landeu, Michel Marion e Daniel Roche. Assim, Chartier (2004) em seu livro “Leitura e leitores na França do Antigo Regime” procura entender como os livros ou os impressos circulavam nas camadas mais populares no século XVI, constatando através da investigação de inventários que o livro religioso era dominante e não deixava espaço para os demais. Outro ponto importante é que a leitura não consistia em uma prática individual, sendo o livro manuseado de modo coletivo através da leitura em voz alta.

Sobre a história do livro e das práticas de leitura no Brasil, temos Gilberto Freyre (1940) como um dos pioneiros nas análises, que delineou as leituras preferidas através de questionários que declaravam os autores e livros de maior preferência. Laurence Hallewell (2005) escreveu a obra “O livro no Brasil”, onde estudou a trajetória do livro e seu papel até os dias atuais. A obra retrata a história das editoras comerciais no Brasil, com riqueza de dados estatísticos, o desenvolvimento econômico das editoras e os problemas econômicos, sociais e políticos que elas enfrentaram para sobreviver. Carlos Rizzini (1988) já havia realizado estudo parecido, porém em um período diferente, de 1500 a 1822. Antonio Candido (1990) sugeriu novas vertentes na análise de bibliotecas e perfil de proprietários.

Na historiografia brasileira mais recente temos a obra de Bessone (1999), que em seu livro “Palácios de destinos cruzados” traça um perfil dos integrantes dos círculos de leitores do Rio de Janeiro no final do século XIX, através da análise de inventários, verbas testamentárias e leilões, que indicavam a presença de livros e bibliotecas de médicos e advogados. As bibliotecas extraídas de inventários podem possuir armadilhas, como o expurgo de parte do acervo por controle da família, ou simplesmente por empréstimos ou doações não especificados, que podem mascarar o perfil do conjunto. Outro fator a ser

considerado é que essas bibliotecas podem ser representativas de investimentos individuais ou de segmentos sócio-profissionais e só podemos aumentar sua abrangência com riscos analíticos.

A maior parte dos inventários de médicos e advogados do Rio de Janeiro naquele período guardava algumas características comuns, como a presença de livros em casa ou nos escritórios e a maior incidência de temas ligados à formação profissional. É o caso da biblioteca da família Fernandes Pinheiro. Um de seus proprietários, o Visconde de São Leopoldo, era formado em Direito pela Universidade de Coimbra. De cerca de 800 livros que fazem parte de sua biblioteca, uma parcela considerável consiste em livros ligados a área jurídica.

Os inventários constituíram o principal corpus documental da pesquisa de Bessone e também serão utilizados nessa dissertação a fim de identificar as práticas de leitura de uma família da elite sul riograndense. O inventário *post mortem* é o registro oficial do patrimônio deixado por pessoa falecida, do qual consta o tipo e o valor monetário dos bens acumulados ao longo da vida, bem como a lista de créditos e débitos pendentes. O inventário é dividido em três partes, na primeira o inventariante identifica a si próprio e ao falecido (profissão, endereço, possíveis herdeiros, causa da morte), em segundo vem a relação completa dos bens, com a devida avaliação e, em terceiro, aparecem as petições e pedidos formais dos interessados na herança, bem como a conclusão sobre a partilha e/ou meação.

Em nosso trabalho, os inventários são importantes para entender a posição econômica das famílias em questão, sendo a melhor fonte para analisar algumas questões como a transmissão de bens de uma família para outra, bem como dentro da própria família. Segundo Farinatti (2007), são os únicos documentos que permitem, com mais segurança, apanhar a totalidade do patrimônio de um casal em um determinado momento, sendo como uma “radiografia” dos patrimônios. Porém, essa documentação tem um limite. É considerado um observatório imperfeito, por se tratar de um determinado momento apenas e por ser socialmente menos abrangente, pois apenas os grupos mais favorecidos da sociedade, os que tinham o que legar, é que são encontrados nos inventários.

Os estudos sobre história dos livros e práticas de leitura se utilizam de testamentos e inventários, onde se encontra listada a biblioteca do falecido, avaliando os livros um a um ou no seu conjunto. No inventário, pode-se perceber a presença de livros não somente pela lista de títulos e autores, mas também pelo mobiliário, como as estantes de livros e gabinetes de leitura, o que subentende que o indivíduo possuía livros.

O sociólogo Gilberto Freyre (1940) na obra “Um engenheiro francês no Brasil”, demonstra que, na primeira metade do século XIX, nas bibliotecas de médicos e advogados, os livros franceses eram os preferidos em detrimento do livro latino e inglês, assim como os livros de literatura, filosofia, política e livros técnicos. Já em acervos domésticos¹¹ as preferências eram os folhetins, romances e literatura em geral. A transição do século foi marcada por novas tendências e influências, como a preferência por livros em alemão e inglês, a produção de livros mais baratos e com temas de fácil vulgarização.

Uma reflexão sobre práticas de leitura de livros religiosos e o sistema de censura a que eram submetidos foi realizada por Algranti (2004) em sua obra “Livros de devoção, atos de censura: ensaios da história do livro e da leitura na América Latina”. A autora voltou-se para esse assunto após escrever sobre recolhimentos femininos e as leituras e suas bibliotecas e perceber que essas constituíram as primeiras bibliotecas públicas da América Portuguesa.

Em seu artigo “Uma biblioteca no pampa: livros, leitura e leitores no Rio Grande do Sul do Século XIX” Nikelen Witter (2011) constata a existência de uma pequena biblioteca com 23 livros descritos pertencentes ao Brigadeiro Oliverio José Ortiz, um estancieiro da fronteira sulriograndense. A biblioteca era recheada de romances e novelas, que eram apontados como leituras femininas, o que trouxe a hipótese de que a segunda esposa de Ortiz tinha o gosto pela leitura, já que no inventário da primeira esposa não constam os livros. A autora constata através da família Ortiz que havia um certo alcance dos ideais civilizacionais de instrução burguesa, como quando envia seus filhos para estudar na Universidade de Coimbra, ou quando importa um piano e um professor de música para instruir sua filha solteira. Assim, Witter (2011) afirma que

entender a biblioteca dos Ortiz é também buscar traçar o status do livro – como objeto – no mundo distante dos centros culturais em que o casal viveu. O que sabemos sobre a leitura no interior do Rio Grande do Sul ainda é pífio, porém, é possível pensar no livro a partir das informações que temos sobre sua trajetória no resto do mundo ocidental. (WITTER, 2011, p. 6)

Witter (2011) também lembra da questão da prática de leitura em voz alta, própria do período, que podemos constatar em outras famílias da elite sulriograndense na mesma época. Darnton (1992) afirma que muito tempo depois de os livros terem adquirido sua forma moderna, a leitura continuava sendo uma experiência oral, apresentada em público.

¹¹ Nesse sentido, para o autor, o termo doméstico se refere aos acervos familiares e com a presença de leituras femininas. No dicionário Aurélio, a palavra “doméstico” refere-se ao “que é da casa, que vive na casa, que tem relação com a família.” Os livros considerados “domésticos”, muitas vezes eram livros mais baratos e com menor valor simbólico (como os folhetins, por exemplo), assim, possivelmente poderiam não aparecer com frequência nos inventários das famílias.

No “Diário de Bernardina”, obra organizada por Castro e Lemos (2009), a filha de Benjamin Constant registra seus pensamentos e seu cotidiano através de seu diário. O texto do diário permite um contato com o universo de uma moça da elite sulriograndense, em que seu cotidiano é marcado pelas relações familiares, pelos cuidados com o lar, com as visitas, doenças, costuras, comidas, leituras e aulas de piano. No diário, Bernardina cita várias vezes os momentos em que sua mãe lia em voz alta para ela e a família. Ela escreve “Mamãe leu de noite para Alcida, Elvira e eu ouvirmos o enredo dos Puritanos”, ou então a menina lia para outras pessoas, como ela diz “Li hoje para Elvira ouvir a história “La croix de bois”.

Tassiana Saccol (2013) em seu estudo sobre a trajetória da família Assis Brasil e a circulação de ideias no Brasil do final do século XIX observa que nas famílias da região fronteiriça, apesar de haver menos oportunidades relacionadas à instrução, algumas circunstâncias favoreciam a circulação de ideias e culturas. Havia o contato entre homens e livros, ainda que houvessem poucas instituições que os disponibilizassem. Através dos inventários de alguns moradores da região a autora também constatou que havia um número razoável de pequenas coleções e bibliotecas.

Em sua grande maioria, as coleções encontradas nos inventários pertenciam aos republicanos que tinham formação superior, muito embora os títulos não se restringissem somente a formação técnica de seu proprietário (no geral, eram livros da área do Direito ou da Medicina combinados a títulos de literatura). Na maioria das vezes as bibliotecas foram descritas de forma genérica nos inventários. Assim, a biblioteca do Dr. Alfredo Gama Lobo d’Eça, advogado residente em São Gabriel, contava com 250 livros de Direito, História e romances. (SACCOL, 2013, p. 40)

1.4. Fontes para a história das práticas de leitura

A fonte que constitui a base de nosso trabalho é o inventário de José Feliciano Fernandes Pinheiro¹², escritor, político e magistrado brasileiro no período do Império. A partir desse documento realizamos o levantamento dos livros pertencentes à família. Porém, o pertencimento desses livros não significa que eram lidos, muitas vezes eles existiam como objeto de exibição, principalmente no caso de livros raros, ou até mesmo como uma herança conservada. Witter afirma que a “revolução industrial chegou muito rapidamente aos livros e, já em meados do século XIX, as bibliotecas particulares constituem um item de distinção entre os que aspiravam poder e/ou reconhecimento social”.

¹²Inventário do Visconde de São Leopoldo, 1o cartório de órfãos de Porto Alegre, ano 1848, número 1.633, maço 80. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Da constatação da posse de um livro não se pode deduzir que ele foi lido; da leitura mesmo, por seu turno, não é possível concluir que as ideias nele contidas foram “imediatamente absorvidas e propagadas ‘tais como eram’ originariamente. Há, portanto que se verificar não apenas o conteúdo dos livros, mas também a existência ou não de distâncias entre aqueles textos que foram lidos e as ideias que sobre ele se fizeram, identificando os fatores possivelmente intervenientes na ocorrência de um maior ou menor distanciamento entre as últimas e os primeiros. (VILALTA, 1999, p. 16)

Assim, não se pode afirmar que o fato de possuir uma biblioteca significa que o proprietário seja um forte adepto da leitura, como afirma Momesso (2012), referindo-se à biblioteca particular de Nabuco de Araújo:

Os livros bem poderiam ter sido presenteados ou adquiridos a fim de exibir um verniz de ilustração. Como afirmou Ferreira (1999), fazer alusões a títulos 3 literários europeus, nos salões ou na vida política era um quesito para o desenvolvimento de boas relações sociais e profissionais com seus pares. (MOMESSO, 2012)

Ainda que não fosse ler todos os livros, havia um entendimento social de que pessoas ilustradas possuíam livros e esse *verniz de ilustração* acaba evidenciando uma escolha sobre o que servia de melhor representação (ou auto-representação) em termos intelectuais. Esse assunto será aprofundado mais adiante, no terceiro capítulo.

Momesso (2012) analisa os padrões de compra de livros e a relação dos títulos adquiridos por Nabuco de Araújo, magistrado e político brasileiro, entre os anos de 1867 a 1872, na livraria B. L. Garnier. A autora sinaliza o fato de que o político fazia parte de uma minoria de brasileiros leitores, pois no início da década de 1870, cerca de 84% da população era formada por analfabetos, sendo apenas cerca de 16% da população alfabetizados¹³.

1.5. O Visconde de São Leopoldo e sua biblioteca pessoal

José Feliciano Fernandes Pinheiro nasceu na Vila de Santos (SP) em 9 de maio de 1774. Em suas memórias¹⁴, relata as dificuldades relacionadas a sua educação que teve enquanto criança. Segundo ele conta, teria aprendido as primeiras letras com os caixeiros do estabelecimento comercial de seu pai. Porém, com a chegada de um vigário ilustrado,

¹³FERREIRA, 1999. apud MOMESSO, Beatriz Piva. Os livros, a Livraria B. L. Garnier e os modos de leitura de um político do Império. In: Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio. Rio de Janeiro, 2012.

¹⁴Texto publicado postumamente pela Revista do Instituto Histórico (tomos 37-38), é uma espécie de autobiografia com estilo literário, em que o autor narra fatos de sua vida, como reflexões sobre seu governo, anedotas, recompensas acadêmicas, viagens e filhos.

José Feliciano e outros meninos da vila de Santos tiveram acesso ao estudo do francês, bem como foi incentivado o amor a leitura, aos livros e ao estudo.

Formou-se em Direito pela Universidade de Coimbra em 1798, onde fez seus primeiros trabalhos literários e regressou ao Brasil em 1801 para ocupar o cargo de juiz das alfândegas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A Universidade de Coimbra foi muito importante para a formação da elite colonial brasileira¹⁵, bem como foi norteadora das bases das futuras universidades de Recife e de São Paulo. José Murilo de Carvalho (1980) demonstrou a forte influência que a Universidade de Coimbra exerceu na formação da elite brasileira:

O Brasil dispunha ao tornar-se independente, de uma elite ideologicamente homogênea devido a sua formação jurídica em Portugal, a seu treinamento no funcionalismo público e ao isolamento ideológico em relação a doutrinas revolucionárias. Essa elite se reproduziu em condições muito semelhantes após a independência, ao concentrar a formação de seus futuros membros em duas escolas de direito, ao fazê-lo passar pela magistratura, ao circulá-los por vários cargos políticos e por várias províncias. (CARVALHO, 1980, p. 39)¹⁶

O difícil acesso ao ensino superior era um componente que separava a elite do restante da sociedade do XIX, que era em sua maioria analfabeta. O Visconde de São Leopoldo fez um esforço para a criação de uma universidade no Brasil, o que acabou resultando na fundação da Faculdade de Direito de São Paulo e a Faculdade de Direito de Olinda¹⁷, enquanto era deputado pela província de São Paulo. Na sessão do dia 14 de julho de 1823, José Feliciano Fernandes Pinheiro evidenciava: “o quanto os estudantes brasileiros eram ridicularizados, naquela época, em Coimbra. Época em que em Portugal não havia ainda se acostumado em considerar o Brasil como independente.”¹⁸

José Feliciano Fernandes Pinheiro casou-se com Maria Eliza Julia de Lima, natural do Rio Grande do Sul, em 1819, tendo o casal dez filhos. Uma das filhas do casal, Maria Rita Fernandes Pinheiro, casou-se com o Visconde de Pelotas, irmão de sua mãe Maria Eliza. Foi nomeado presidente da província do Rio Grande do Sul em 1824, entrou para o Conselho do Império no ano seguinte, período em que foi condecorado como Visconde de São Leopoldo. Também ocupou outros cargos políticos, como ministro da Justiça e deputado na Província do Rio Grande do Sul.

¹⁵Sobre o ensino em Coimbra a bibliografia é vasta, recomendamos: CARVALHO (2010); DUTRA (2004); LACOMBE (1985); SCHWARCZ (2008).

¹⁶CARVALHO, José Murilo. A construção da ordem/Teatro de sombras. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980. apud MAIA, Leonardo Poltozi. A força da pena: um estudo acerca da valorização do bacharel em direito nas relações políticas dos sul-riograndenses: Pelotas e Alegrete (1850 – 1870). UFSM, 2016. Dissertação de mestrado

¹⁷ Sobre a criação das faculdades de Direito no Brasil: BEVILÁQUA (1977); GRIJÓ (2005); PINTO FERREIRA (1980).

¹⁸VAMPRÉ, Spencer. Memórias para a História da Academia de São Paulo. São Paulo: Livraria Saraiva & Cia Editores, 1924. apud MAIA, op cit.

O Visconde de São Leopoldo era um entusiasta da educação e instrução, inclusive sendo sócio de sociedades literárias, como relata em suas memórias. Ele foi sócio efetivo da Sociedade Literária do Rio de Janeiro (1838), sócio correspondente do Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro (1839), bem como um dos fundadores do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Escreveu obras como “Anais da Capitania de São Pedro”, “Memórias” e “Coleções de memórias sobre os Estabelecimentos de Humanidade”.

O Gabinete Português de Leitura, inaugurado em 1837 por iniciativa de imigrantes portugueses, foi um importante espaço cultural para o público leitor carioca. Os gabinetes de leitura eram comuns na Europa, porém, o gabinete português do Rio de Janeiro não tinha similaridade com o modelo original francês, que “se caracterizavam por oferecer uma grande quantidade de jornais e novidades quer franceses quer estrangeiros, e por uma biblioteca escolhida de obras antigas que colocam por um preço módico à disposição do público”¹⁹. O perfil desse gabinete era semelhante a uma biblioteca associada a uma agremiação de natureza cultural e durante o século XIX contou com os esforços de seus associados, que procuravam tornar o acervo mais acessível. Era um espaço fundamental de sociabilidade onde políticos, médicos, professores, comerciantes e advogados frequentavam.

No catálogo de 1858 listado na obra de Bessone (1999), os livros que haviam em maior quantidade no gabinete eram os de Medicina²⁰, tendo cerca de 2.111 obras, enquanto a categoria “Novelas e romances” haviam 1.614 obras. O acervo ainda possuía 924 livros de História, 431 de Direito e 500 de literatura, dentre os 6.347 livros no total.

Através da leitura do inventário de José Feliciano Fernandes Pinheiro percebemos uma grande variedade de livros, sendo vários clássicos como “Droit des gens”, do filósofo e jurista Emer de Vattel²¹; “Riqueza das nações”, do filósofo e economista Adam Smith e “L’esprit de lois”, do filósofo Montesquieu. “A Riqueza das Nações” é considerada uma das mais importantes obras da história do pensamento econômico, discute assuntos como a acumulação de capital, questões relativas ao desenvolvimento econômico, sendo considerado como uma defesa do individualismo e do liberalismo. O “Espírito das leis”

¹⁹BESSONE, 1999, op cit, p. 102

²⁰ Sobre a leitura dos livros e manuais de medicina pela população em geral falaremos mais adiante.

²¹ Emer de Vattel era um autor bastante lido pelos intelectuais do período, tanto bacharéis em Direito, como políticos que o utilizavam para os seus argumentos discursivos. Um exemplo é Bento Gonçalves, que declara ser o “Direito das Gentes” o fundamento de suas ideias, justificando o direito à liberdade e a defesa do federalismo. Outros caudilhos platinos também tinham Vattel como teórico presente em seus ideários. Ver mais em: PADOIN, Maria Medianeira. O Federalismo, a Região Platina e a Revolução Farroupilha. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. CHIARAMONTE, José Carlos. Acerca del origen del Estado en el Rio de La Plata. Anuário del IEHS 10, Tandil, 1995.

de Montesquieu é outra obra que exerceu bastante influência sobre o pensamento político moderno, inclusive inspirando a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, elaborada durante a Revolução Francesa. A presença de obras clássicas como essas demonstra que o político e intelectual estava bastante atualizado em relação às leituras relacionadas ao direito e à história econômica e política do período.

Para o nosso estudo, dividimos a biblioteca em categorias para análise, relativas aos assuntos dos livros. Assim, a biblioteca se encontra dividida da seguinte forma:

Quadro 1 – Biblioteca do Visconde de São Leopoldo dividida por assuntos

| | |
|------------|-----------|
| Artes | 7 obras |
| Ciências | 119 obras |
| Direito | 174 obras |
| Economia | 33 obras |
| Filosofia | 28 obras |
| História | 135 obras |
| Literatura | 103 obras |
| Medicina | 10 obras |
| Política | 10 obras |
| Periódicos | 8 obras |
| Teologia | 4 obras |
| Outros | 127 obras |

Fonte: Inventário do Visconde de São Leopoldo, 1o cartório de órfãos de Porto Alegre, ano 1848, número 1.633, maço 80. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A grande maioria era de livros de direito, ou seja, relacionado à prática profissional de quem possuía a biblioteca. Sobre as práticas de leitura no século XVIII, Villalta (1999) disserta sobre as elites culturais do período, tendo como foco a população de Minas Gerais. Ele afirma que essas elites se constituíam principalmente pelos burocratas do governo, ouvidores das comarcas, advogados e os clérigos. Os livros que os membros dessa elite possuíam eram majoritariamente relacionados ao seu exercício profissional, como Villalta (1999) afirma que

a composição das bibliotecas de Mariana confirma essa hipótese, na medida em que, como se verá a seguir, os livros guardavam laços estreitos com os ofícios dos inventariados que os possuíam, isto é, a maior parte dos livros que compunham um número expressivo de bibliotecas referiam-se às áreas de atuação profissional dos inventariados. (...) Fica, portanto, destacado – e, de certo modo, antecipado – um uso importante do livro no período colonial: como fonte de saberes relativos ao exercício profissional. (VILLALTA, 1999, p. 288)

A divisão por idiomas também nos parece interessante, pois há uma grande variedade de línguas presentes nessa biblioteca, sendo a maior parte em português, em segundo lugar o idioma francês. Sabemos que o Visconde possuía conhecimentos relativos à maioria desses idiomas, como o francês, inglês, latim, espanhol e português.

Quadro 2 – Biblioteca do Visconde de São Leopoldo dividida por idiomas

| | |
|-----------|-----------|
| Catalão | 1 obra |
| Espanhol | 14 obras |
| Francês | 209 obras |
| Holandês | 2 obras |
| Inglês | 27 obras |
| Italiano | 5 obras |
| Latim | 40 obras |
| Português | 436 obras |
| Outros | 21 obras |

Fonte: Inventário do Visconde de São Leopoldo, 1o cartório de órfãos de Porto Alegre, ano 1848, número 1.633, maço 80. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

A presença de livros franceses na biblioteca é bastante representativa²², como constatou Gilberto Freyre na obra “Um engenheiro francês no Brasil”, que através de um levantamento minucioso de anúncios de livros nos jornais de meados do século XIX e percebe a influencia que tiveram os livros franceses para que Recife tenha se tornado um grande centro de atividades políticas e sociais. Essa forte presença de obras francesas era forte desde meados do século XVIII e início do século XIX, como afirma Poncioni (2014)²³.

No Fundo Visconde de São Leopoldo que se encontra no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul há cerca de 350 fontes documentais referentes ao período, tais como correspondências pessoais, listas de gastos, livros de lembranças, ofícios, requerimentos. As séries são divididas da seguinte forma: documentos pessoais, trajetória profissional e produção intelectual.

²²Sobre a circulação de livros entre Brasil, Portugal e França ver: NEVES, Lucia Maria Bastos. FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. BRASIL, PORTUGAL E FRANÇA: A Circulação de Idéias Políticas e Culturais por Meio dos que Tratam em Livros (1808 – 1830) e BOSEQ, Marie-Claire. A França e os intercâmbios transatlânticos no século XIX. In: ABREU, Marcia. DAECTO, Marisa (orgs.) A circulação transatlântica dos impressos: conexões. Campinas, SP: UNICAMP, 2014.

²³PONCIONI, Claudia. Trajetos de livros, técnicas e ideias: França – Brasil 1840 e 1846. In: ABREU, Marcia. DAECTO, Marisa (orgs.), 2014 opcit p. 25

Uma fonte que encontramos no fundo parece ser interessante para nosso trabalho, um rol de livros e outros objetos relacionando os títulos mandados vir da Inglaterra pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso. Nessa lista podemos perceber parte dos livros importados que faziam parte da biblioteca pessoal da família. São todos relacionados à biologia, ou história natural, geografia e história, sendo vários de naturalistas do século XIX, como Johann Reinhold Forster, naturalista alemão que realizava expedições, como ao Pacífico com James Cook. A lista de livros arrolados encontra-se nos anexos (ANEXO 2). Darnton (1992)²⁴ afirma sobre como se pode realizar um perfil do leitor a partir de sua biblioteca:

A maioria de nós concorda que um catálogo de uma biblioteca particular pode servir como um perfil do leitor, ainda que não tenhamos lido todos os livros que nos pertencem e tenhamos lido muitos livros que nunca adquirimos. O estudo de bibliotecas particulares tem a vantagem de unir “o quê” com o “quem” da leitura. (DARNTON, 1992, p. 208)

As correspondências pessoais também são fontes ricas em informações para nossa pesquisa, sendo esse tipo de documentação um campo fértil para a escrita da história. Porém, o historiador não deve se deixar “enfeitiçar” pelos arquivos privados, como alerta Gomes (2004), pois essa documentação deve ser, como qualquer outra fonte histórica, relativizada e problematizada. As cartas são os testemunhos dos indivíduos do passado sobre a sua realidade, entretanto não se pode atribuir total ingenuidade à essa documentação, pois os indivíduos na maior parte do tempo são “munidos de intencionalidades”, pois segundo Gomes (2004):

A ideia é de um indivíduo que representa papéis, que atua socialmente. Dessa forma, usaria o texto que escreve como forma de invenção/representação de si, sendo este um espaço privilegiado para encenar os diversos papéis sociais, buscando demonstrar aquilo que gostaria que fosse visto e ocultar aquilo que não deveria ser revelado. (GOMES, 2004)

Estudos mais recentes tem utilizado as correspondências como fontes históricas, como é o caso de Elisabete Leal (2003), ao analisar as cartas pessoais de Julio de Castilhos, jornalista e político republicano riograndense, com sua esposa Honorina da Costa. Carla Barbosa (2009) também utiliza correspondências privadas para entender as relações de três famílias da elite farroupilha durante a Revolução Farroupilha (1835 – 1845), bem como os papéis familiares ocupados por filhos e filhas, pais e mães, maridos e esposas.

No caso da família Fernandes Pinheiro, as correspondências tratam de variados assuntos, como uma carta enviada pelo Visconde de São Leopoldo para seu filho no seu

²⁴DARNTON, 1992, opcit p. 208

aniversário, em que o elogia pela “aplicação, pela doçura e pela afeição dos vossos professores”, se referindo à educação do menino de 12 anos. Portanto, em nossa pesquisa, percebemos que havia no Rio Grande do Sul do século XIX uma parcela da população que possuía livros e que tinha o hábito da leitura. Ainda que tivesse forte ligação com a atividade profissional, havia o costume de comprar e colecionar livros, no caso da família do Visconde de Pelotas. Assim, podemos afirmar que ele possivelmente lia os livros que possuía, pois era um grande entusiasta da educação, inclusive participando de clubes de leitura.

No próximo capítulo, pretendemos analisar melhor essa biblioteca particular que era bastante rica, perceber os livros que possuíam e relacioná-los com as categorias que criamos. Através das correspondências da família o objetivo é perceber se os outros membros da família possuíam também o hábito da leitura. Nas correspondências da família Câmara, percebemos que as netas do Visconde de São Leopoldo liam, tanto que seu pai, o Visconde de Pelotas, tinha medo que suas filhas se tornassem “coquetes” porque liam romances, que ele considerava imorais em sua maior parte. Assim, pretendemos analisar nas correspondências se os filhos e filhas do Visconde de São Leopoldo, bem como sua esposa Maria Eliza, possuíam o hábito da leitura.

CAPÍTULO 2 – Nas prateleiras do Visconde: a biblioteca pessoal da família Fernandes Pinheiro

Neste capítulo, analisaremos a biblioteca da família Fernandes Pinheiro como o fio condutor do trabalho, contextualizando-a no período estudado a fim de melhor compreender os modos de leitura do Brasil do século XIX. Em uma sociedade hierarquizada como era a do século XIX composta majoritariamente por analfabetos, a leitura constituía-se em um fator de distinção social, uma vez que a formação educacional não era acessível à maioria da população. Nesse período ainda não haviam muitas faculdades no Brasil, sendo necessário enviar os filhos para estudar no exterior, a renda da família deveria ser bastante alta, tornando a formação no ensino superior um recurso restrito mesmo entre as famílias de elite²⁵.

2.1. A educação do Visconde de São Leopoldo

No caso da família Fernandes Pinheiro, percebemos que o próprio Visconde de São Leopoldo teve dificuldades para obter sua formação educacional. Ele relata em suas memórias que apenas teve acesso à instrução através de um padre que o ensinou as primeiras letras. Mais tarde, o Visconde teve acesso ao estudo de direito em Coimbra, em Portugal, o que acrescentou muito em sua trajetória intelectual. Em uma edição do jornal “O Guayba”²⁶ seu sobrinho, o Conego Dr. Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, escreve os apontamentos biográficos sobre José Feliciano, afirmando que ele

na tenra idade de dezoito anos desprende-se dos braços maternos, privou-se das doçuras do lar domestico, e atravessando o Atlantico foi buscar n’Athenas Lusitana o complemento de seus votos, a aquisição d’um pergaminho, que o habilitasse para melhor servir ao rei e á pátria. Havendo finalizado os seus estudos preparatórios, matriculou-se no curso de cânones, obtendo o grão de bacharel formado, em 1798, quando apenas contava vinte e quatro annos.(PINHEIRO, 1856)

O estudo do direito preparava os estudantes enquanto profissionais das leis, mas também os dotava de um conjunto de experiências comuns que os diferenciavam do

²⁵ VILLALTA, L. C. . O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-385.

²⁶ “O GUAYBA. Periódico Semanal, Litterario e Recreativo, é o primeiro periódico dedicado exclusivamente à vida cultural da cidade de Porto Alegre, e circulou sempre aos domingos, de 03 de agosto de 1856 a 26 de dezembro de 1858. Publicou 120 exemplares. Durante esse período de tiragem semanal, apenas cinco números não são impressos e cinco exemplares de 1857 não foram encontrados para consulta”. (GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta : a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879). Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2012. [Tese de doutorado em história])

restante da sociedade. A formação contribuía para a definição do campo de poder dos magistrados, assim ocorria a identificação deles enquanto grupo distinto da sociedade. No século XIX a Universidade de Coimbra assumiu um papel indubitavelmente importante para a formação da intelectualidade brasileira, como afirma Maria Fernanda Martins:

não apenas por ter acolhido boa parte dos políticos nacionais em seu curso de direito, mas ainda por ter servido de modelo para a constituição das Faculdades de São Paulo e Olinda, que continuaram a obra da universidade portuguesa também no que se referia ao fornecimento de quadros para o Estado brasileiro. Em geral, perdurou nessas escolas e tendência ao jusnaturalismo. (MARTINS, p. 66)

A universidade de Coimbra foi criada em 1290 em Lisboa e em 1537 foi transferida para Coimbra, quando teve início um período de dois séculos de controle jesuítico. Nesse período, a universidade se isolou da influencia intelectual e científica européia. A situação só se modificou novamente em 1759, quando os jesuítas foram expulsos de Portugal, no início de uma reforma geral promovida pelo governo português.²⁷

No Brasil a educação baseada em uma rede de instituições de saber estável é bastante recente, segundo Lilia Schwarz, pois o ensino na colônia portuguesa era controlado pelos jesuítas e limitado às escolas elementares, não existindo então centros de pesquisa ou de formação superior. Após a expulsão dos jesuítas, o Estado criou as aulas régias, cujos professores nomeava diretamente. Essas aulas, segundo José Murilo de Carvalho,

limitavam-se às primeiras noções de latim, grego, filosofia, geografia, gramática, retórica, matemática e deveriam ser custeadas pelo imposto então criado, o subsídio literário. Mas o sistema não funcionou a contento, pois o subsídio ou não era cobrado adequadamente, ou era desviado para Portugal; os melhores professores não permaneciam no posto por causa dos baixos salários; e, de qualquer maneira, o número de aulas era ridiculamente pequeno frente às necessidades da colônia. (CARVALHO, 2003, p. 69)

Essa situação manteve-se até o início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, quando se instalaram os primeiros estabelecimentos de caráter

²⁷ Parte importante das mudanças pombalinas residiu na *Reforma dos Estudos Maiores*, que atingiu o principal centro de formação intelectual português, a Universidade de Coimbra. Em 1772 os estatutos da Universidade foram reformados pela Junta de Providência Literária, composta por dois brasileiros – Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho e seu irmão João Pereira Ramos de Azeredo Coutinho. A vida cultural portuguesa passou gradualmente a ser influenciada pelo iluminismo e em lugar da análise dos grandes tratados antigos, passou-se a valorizar um método mais experimental, sendo estimulado, o “contato entre os alunos e doentes dos hospitais públicos nos cursos de medicina e instalados laboratórios de física e química associados a instrumentos científicos para demonstração prática” (Saviani, 2007: p. 93). Sobre a instrução no século XIX, ver: CAMBI (1999), HESPANHA (1982), MANACORDA (2006), SAVIANI (2007), MAXWELL (1996)

cultural, como a Imprensa Régia, a Biblioteca e o Museu Real.²⁸

Diante desse novo cenário, os filhos das famílias de elite, que possuíam recursos, podiam aspirar a formação superior com mais facilidade. Usualmente, esses jovens iniciavam seus estudos com professores particulares, passando por algum liceu ou seminário ou, preferencialmente, pelo Pedro II (que foi o caso do filho do Visconde) e acabavam indo para a Europa ou escolhiam entre as quatro escolas de direito e medicina do Brasil, que cobravam anuidades, além da alternativa de ir para a Escola Naval.

De modo geral, os alunos das escolas de direito provinham de famílias de recursos. As duas escolas cobravam taxas de matrícula (que no primeiro ano de funcionamento foi de 51\$000 réis). Além disso, os alunos que não eram de São Paulo ou do Recife tinham que se deslocar para essas cidades e manter-se lá por cinco anos. Muitos, para garantir a admissão, faziam cursos preparatórios ou pagavam repetidores particulares. Esses custos eram obstáculos sérios para alunos pobres, embora alguns deles conseguissem passar pelo peneiramento. Menciona-se, por exemplo, a presença de estudantes de cor já nos primeiros anos da Escola de São Paulo, aos quais, por sinal, um dos professores se recusavam a cumprimentar alegando que negro não podia ser doutor. (CARVALHO, 2003, p. 74)

Preocupado principalmente com a formação dos filhos da elite, o governo transformou o antigo Seminário de São Joaquim no Imperial Colégio de Pedro II. Assim, o colégio inaugurou em 25 de março de 1838, introduzindo no país a escola leiga e o ensino seriado. O nível secundário era dividido em preparatório e facultativo, predominando no primeiro as disciplinas de português, francês, latim, geografia, história, retórica, poética e literatura, filosofia, além das matemáticas elementares, a aritmética, a álgebra, a geometria e a trigonometria.

Em suas memórias, o Visconde escreve que em Abril de 1841 levou seu filho José Feliciano, que tinha na época por volta de nove anos de idade, para assistir a coroação de Pedro II no Rio de Janeiro. Aproveitou para tratar da educação do menino, como afirma no trecho:

“trouxe comigo meu filho Joze Feliciano para tratar de sua educação; entrou logo no Collegio de Valdetano, do qual o passei para o Dr. Costa e prompto já nos primeiros rudimentos, em 5 de fevereiro de 1843 entrou no Imperial Collegio de Pedro 2º, na qualidade de Alumno e Pensionario interno, acompanhado do competente enxoval exigidos pelos Estatutos” (PINHEIRO, p. 83)

A educação do pequeno José Feliciano era importante para a família, sendo o

²⁸ Os historiadores da educação divergem quando procuram estabelecer cronologias para uma história das práticas e das ideias pedagógicas no Brasil. Saviani, por exemplo, destaca o período de 1759 (expulsão dos jesuítas e ascensão de Pombal) até 1827, como de domínio da “pedagogia pombalina ou as idéias pedagógicas do despotismo esclarecido” (SAVIANI, 2007).

único filho homem, era assunto de correspondências em que se discutia os gastos do Visconde e da Viscondessa com a estadia no Rio de Janeiro, gastos com livros e materiais escolares. A importância da educação do filho homem se desenvolve porque havia a ideia de que o filho seria a continuação da família, na ausência do pai seria o responsável pela parte financeira da família, assim, deveria ser educado. Na escola e na faculdade os alunos também faziam amizades e formavam redes de relações, o que gerava trocas de favores, de cargos burocráticos e políticos. Um dos livros didáticos do menino foi listado na biblioteca da família, sob o título de “Geographia elementar para uzo dos alumnos do Collegio D. Pedro II”, no valor de \$500 réis, o que corrobora a hipótese de que os livros listados no inventário são referentes a toda a família, não somente às obras lidas pelo pai que era intelectual.

Após o nível secundário uma parte dos filhos da elite brasileira do Império costumava ser encaminhada para a faculdade de Direito em Coimbra. No entanto, com a separação de Portugal, o Brasil enfrentou um problema de imediato: a perda do único centro de cultura do mundo de língua portuguesa, a Universidade de Coimbra, como afirma Leonardo Maia (2016) 29:

Como manter a autonomia nacional sem uma fonte de formação intelectual? A resposta só poderia ser uma: consagrar o ensino superior na jovem nação se criara. A proposta para tal ambição seria exposta por José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, em sessão do dia 14 de julho de 1823 evidenciaria também —[...] o quanto os estudantes brasileiros eram ridicularizados, naquela época, em Coimbra. Época em que em Portugal não havia ainda se acostumado em considerar o Brasil como independente. (MAIA, 2016, p. 30)

A relevância desse projeto de construção das universidades verificava-se na necessidade de formação de um corpo nacional para manter a ordem social e oferecer homens que participassem na burocracia estatal. Assim, na sessão de 19 de agosto de 1823 o deputado Luiz José Carvalho e Mello propôs a criação de duas faculdades de Direito no Brasil, em resposta ao deputado Ribeiro de Andrada que havia estabelecido o projeto de lei³⁰ que criaria uma universidade em São Paulo apenas. Em seu discurso,

29 MAIA, Leonardo A força da pena: um estudo acerca da valorização do bacharel em direito nas relações políticas dos sul-riograndenses: Pelotas e Alegre (1850 – 1870). Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, RS, 2016.

30 1º Haverão (sic) duas Universidades, uma na cidade de S. Paulo, e outra na de Olinda, nas quais se ensinam todas as ciências e belas letras. 2º Estatutos propios regularão o numero e ordenado dos professores, ordem e arranjo dos estudos. 3º Em tempo competente, se designarão os fundos precisos a ambos os estabelecimentos. 4º Entretanto, haverá, desde já, um curso jurídico na cidade de S. Paulo, para o qual o Governo convocará mestres idôneos, os quais se governarão, provisoriamente, pelos estatutos da Universidade de Coimbra, com aquelas alterações e mudanças, que eles, em mesa presidida pelo Vice-Reitor, julgarem adequadas às circunstancias e luzes do século.

Carvalho e Mello (1823)³¹ afirma que

Com muita justiça, e utilidade, se estabelece a criação de duas universidades, porque, em tamanha extensão de território, que temos a fortuna de possuir, era impraticável que pudesse bastar só uma, como acontece em Portugal, que, tendo tão limitada extensão, a única de Coimbra, onde fomos beber os princípios que desenvolvemos depois, era, e é, bastante para os habitantes de todo aquele acanhado reino. Porventura, se consideramos a extensão do comprimento, e largura, deste Império, dir-se-á que são poucas as mesmas duas que se pretendem estabelecer. (CARVALHO E MELLO, 1823)

Assim, vários deputados acabaram divergindo sobre as províncias em que as futuras faculdades se instalariam. O Visconde de Cachoeira se posicionou a favor de São Paulo, por ser localizada “[...] próxima ao porto de Santos, clima saudável, é abastecida de gêneros de primeira necessidade, e os habitantes das Províncias do Sul e do interior de Minas, podem ali dirigir os seus filhos com comodidade”³² Porém, a proposta de criação das universidades ainda demoraria cinco anos para tornar-se possível, através do Decreto de 11 de agosto de 1827, que inseria os cursos jurídicos no Brasil³³.

Apesar da elite brasileira não precisar mais necessariamente enviar seus filhos para Portugal para buscar a formação superior, heranças das diretrizes da universidade de Coimbra se fizeram presentes nas faculdades de São Paulo e Recife, como a doutrina jusnaturalista³⁴ e o método sintético demonstrativo das matérias (pela sua ordem naturalmente dedutiva, abandonando as questões escolásticas)³⁵. As disciplinas iniciais dos cursos também seguiam a tradição de Coimbra, como Direito Natural, Direito

³¹ CARVALHO E MELLO, Luiz José Carvalho. Sessão de 27 de Outubro de 1823. p. 159. Annaes do parlamento brasileiro Assembléa Constituinte 1823, TOMO QUARTO. Rio de Janeiro, Typographia do Imperial Instituto Artístico. 1874. Disponível em Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. <<http://bd.camara.gov>>. Acesso em 22 de Fev em 2015. In: MAIA, Leonardo A força da pena: um estudo acerca da valorização do bacharel em direito nas relações políticas dos sul-riograndenses: Pelotas e Alegre (1850 – 1870). Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, RS, 2016, p. 45

³² MAIA, Leonardo. op cit. p. 32

³³ Sem dúvida a Faculdade de Direito foi uma importante catalisadora nos esforços de estruturação da cultura letrada em São Paulo. No entanto, Hallewell lembra que essa articulação não foi automática; ao contrário, segundo esse autor, a instituição só começaria a desempenhar mais ativamente esse papel a partir de 1855, pois quando foi escolhida para recebê-la a capital era povoada —com menos de 10 mil almas!, e seu primeiro jornal impresso, O Farol Paulistano, recentemente havia aparecido. Mas aos poucos a cidade começaria a estruturar-se para receber os estudantes vindos de várias partes do Brasil. Primeiro surgiram as tavernas, em seguida um teatro e pouco depois uma livraria (HALLEWELL, 2005, p.299-300). Segundo Machado (2001, p.161), foi São Paulo, entre as cidades brasileiras que receberam as Academias de ensino superior, que apresentou os mais graves problemas de moradia, devido à falta de casas para acomodar os estudantes. Em 1836, segundo o censo de Müller (1978, p.264), existiam na cidade de São Paulo e distritos: uma aula de história eclesiástica com 8 alunos; 2 Seminários, um de meninos com 19 alunos e um de meninas com 33 alunas; 4 escolas Nacionais de Primeiras Letras de meninos com 135 alunos e 01 de meninas com 49 alunas; 3 escolas Particulares de meninos com 132 alunos e 01 de meninas com 14 alunas.

³⁴ O jusnaturalismo baseava-se na possibilidade de uma ciência da moral que englobava tanto o direito privado quanto o direito público, e sobretudo, a política. (MARTINS. apud MAIA (op. cit.)

³⁵ LOPES, p. 315 op cit

Público, Teoria do Processo Criminal, entre outras.

A educação superior, o estilo de vida luxuoso e a imitação de hábitos europeus nas letras, nas artes e nas maneiras de sociabilizar auxiliavam a conferir grande prestígio social às famílias que ocupavam o topo da hierarquia, como afirma Jonas Vargas (2013). Isso possibilitava melhores casamentos, melhor acesso a outros espaços de poder e oferecia as condições para se tornar um mediador político. Segundo Vargas, os filhos dos charqueadores, puderam se dedicar aos estudos, às letras, às ciências e às artes, sendo Pelotas um grande foco de famílias que enviavam seus filhos para estudar direito em São Paulo. Assim, buscar a formação superior era

parte do projeto de muitas famílias com recursos financeiros suficientes para sustentar os filhos. Poderia significar uma tentativa de ascensão social, mas também uma forma de diversificação dos investimentos, ou ainda uma maneira de expandir as relações familiares, através do convívio, possibilitado pela vida acadêmica, com outras linhagens importantes. Isso, aos que residiam em uma província tão afastada do centro do país como o Rio Grande do Sul, constituía-se num trunfo importante para a ampliação dos negócios e da esfera de atuação das famílias. (SILVEIRA, 2008, p. 33)

Assim, por intermédio desses filhos, educados fora, as elites locais se inseriam no interior de importantes redes de relações sociais e políticas. Sobre a dificuldade de acesso ao ensino superior, Maia afirma que era um componente que

separava a elite do restante da sociedade oitocentista, majoritariamente analfabeta. Diante disso, atingir o grau de bacharel foi um elemento valorizado, na época colonial e também no período imperial, perante a necessidade de homens capacitados para a administração. O papel do ensino superior permaneceu como importante status em todo período imperial. (MAIA, 2016)

2.2. A instrução pública no Rio Grande do Sul

No século XIX a média do nível de alfabetização no Rio Grande do Sul entre a população livre era de 24%, sendo Pelotas um município com um nível elevado, onde 33% da população livre era alfabetizada. Assim, a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos, como afirma José Murilo de Carvalho.

José Feliciano Fernandes Pinheiro, que era nascido em Santos, fazia parte dessa população alfabetizada. Porém, segundo suas memórias, sua família não deu muita importância a sua educação na infância, mesmo sendo de uma família de elite. Acabou recebendo suas primeiras letras quando o vigário José Xavier de Toledo, seu padrinho de crisma, chegou na vila de Santos. Assim, iniciou sua alfabetização e sua paixão pelo

mundo das letras. José Feliciano aprendeu latim com o vigário de Santos (Toledo) e francês com o mestre régio José Luis de Mello. Em sua biografia³⁶, publicada pelo jornal O Guayba³⁷ e escrita pelo seu sobrinho Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, ele afirma sobre a educação de seu tio:

Placidos e serenos se deslisarão os primeiros anos da sua vida, e tendo terminado o estudo dos rudimentos da língua materna entregou-se ao idioma de Virgílio, sob a direção do hábil professor, então chamado mestre régio, José Luiz de Mello, que o contemplava no numero de seos primeiros discípulos. O joven José Feliciano não era um prodígio de talento, mas sim de aplicação; e as horas, que seus companheiros davão no recreio, consagrava-as ele aos livros, de sorte que no dia seguinte a victoria pendia para o seu lado; o estudo tinha vencido a fácil concepção e a feliz memoria. (PINHEIRO, 1856)

Dotado desses conhecimentos adquiridos com grande dificuldade, José Feliciano foi para Coimbra, onde graduou-se em Direito, e quando formou-se foi despachado para o estabelecimento literário do Arco do Cego, dirigido pelo frei José Mariano da Conceição Velloso, onde traduziu várias obras do inglês e produziu alguns trabalhos.

Durante o início de sua graduação, José estudava o direito canônico, segundo os apontamentos de seu sobrinho Joaquim³⁸, apenas para satisfazer os gostos de sua mãe, cujos irmãos eram todos padres. Quando recebeu a notícia do falecimento dela, logo após sua formatura, não sentindo vocação para o serviço eclesiástico, conseguiu uma licença para dedicar-se à carreira da magistratura, para a qual se achava “igualmente apto, graças ao methodo do estudo simultâneo d’ambos os direitos, seguido na Universidade de Coimbra”.

Assim, logo após a formatura o visconde mudou-se para Lisboa e começou a trabalhar como tradutor³⁹ em uma editora, conhecendo ali altos funcionários do governo português, construindo uma rede de relações que o auxiliou em seu retorno para o Brasil. Em 1801 ele foi então designado a criar uma alfandega nas capitâneas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, começando então sua vida pública.

³⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Apontamentos biographicos sobre o Visconde de S. Leopoldo. In: Biographias de Rio-Grandenses illustres pelas Sciencias, Letras, Armas e Virtudes. Revista O Guayba. Edição n. 8, setembro de 1856, ano 1, n. 6.

³⁷ A revista O Guayba foi fundada em 1856 e é considerada a primeira do Rio Grande do Sul de caráter exclusivamente literário tendo, entre seus colaboradores, os indivíduos que formaram a primeira geração romântica rio-grandense. A revista circulava sempre aos domingos, de 3 de agosto de 1856 a 26 de dezembro de 1858, publicando ao todo 120 exemplares.

³⁸ citar jornal o guayba op. cit.

³⁹ Sobre isso, seu sobrinho escreve em sua biografia que “empregado no Arco do Cégo, occupou-se em fazer varias versões do inglez, cujo conhecimento adquirira em Coimbra, apezar de ser língua d’hereges. Tal exercício, confessava elle, lhe fora muito útil, obrigando-o a fazer um acurado estudo da língua vernácula, a ler e meditar sobre os grandes modelos da nossa literatura, e adquirindo essa pureza de dicção, essa graça de linguagem, que todos reconhecem em seus escriptos.” O guayba op. Cit.

A passagem por Coimbra e Lisboa dotou José dos capitais culturais e relacionais necessários para assumir cargos na burocracia régia. Ele gradualmente se inseria naquilo que pode ser chamado de Aristocracia burocrática – “chamada então 'do talento': homens sem grande lastro econômico, que faziam carreira no Estado”.⁴⁰ Ele também deve ter aprimorado neste estágio europeu os seus hábitos de Corte: a apresentação, a sedução, a polidez, a erudição. Sua biblioteca, além de ser produto de um gosto pessoal era também um hábito de classe, neste sentido não era um item supérfluo, mas um meio de “autoafirmação social”, um consumo voltado ao prestígio⁴¹.

Não conseguimos informações precisas sobre o nível de instrução de sua esposa Maria Elisa Julia de Lima, mas sabemos que ela era alfabetizada pois escrevia cartas, auxiliava os filhos em suas tarefas escolares e possivelmente também lia os livros que faziam parte da biblioteca da família.

Nas primeiras décadas do século XIX, Porto Alegre ainda não dispunha de cafês, livrarias ou Academia e os impressos eram oferecidos em casas de comércio, além de tipografias. Apesar do acanhado cenário cultural na capital, surgiu em 1829 o primeiro gabinete de leitura⁴². Os leitores mais almejados no período não eram os alunos de primeiras letras, mas aqueles envolvidos na produção, distribuição e divulgação dos impressos, portanto

Estão incluídos nessa categoria os trabalhadores das tipografias, mesmo os analfabetos, pois formam aquela parcela que ouve, com ou sem interesse, sobre os assuntos que circulam nas ruas; os comerciantes que leem e colocam à disposição dos fregueses periódicos e demais impressos, entre os produtos oferecidos à venda; os professores públicos e particulares que são também colaboradores e disseminadores desses periódicos; funcionários da administração pública, políticos, juizes, médicos, boticários e outros profissionais cuja atividade não possa prescindir de leitura e escrita, e por fim os jovens cujo letramento já está adiantado e, com auxílio dos periódicos, podem exercitar essa competência inclusive como leitores aos familiares não alfabetizados. (GOMES, 2015, p. 63)

O viajante francês Arsene Isabelle relata que a educação era muito descuidada na província do Rio Grande do Sul, os rapazes destinados à advocacia, medicina e sacerdócio iam para a universidade em São Paulo e em Porto Alegre haviam apenas escolas primárias. Uma dessas escolas particulares, muito conceituada e por onde grande parte da elite política de Porto Alegre do século XIX passou, era o Colégio Gomes. Esse colégio foi fundado por Fernando Ferreira Gomes, um educador rio-grandense e entusiasta

⁴⁰ALONSO, Ângela – Joaquim Nabuco. Companhia das Letras, coleção perfis brasileiros, São Paulo, 2007: p. 19.

⁴¹ELIAS, Norbert. A Sociedade de Corte. Investigação sobre a Sociologia da realeza e da Aristocracia de Corte. Rio de Janeiro, Zahar, 2001: pps. 63, 86.

⁴²Sobre o gabinete de leitura de Porto Alegre ver: FERREIRA (1873); MOREL (2005).

seguidor do positivismo na década de 1870, quando seu colégio se transformou em um centro de propagação das ideias de Augusto Comte. Os alunos e ex-alunos eram bastante próximos do diretor, inclusive, como nos afirma Ribeiro (2007):

Biografias de homens ilustres do Rio Grande do Sul, que contribuíram para o desenvolvimento político-cultural do nosso Estado, do final do século XIX até a metade do século passado, referiam-se ao Colégio Gomes, agradecendo a formação ética e cultural ali recebida, que acaba influenciando no caminho que escolheram na vida. (RIBEIRO, 2007)

Os netos do Visconde e da Viscondessa estudaram no Colégio Gomes, localizado quase em frente à residência da família (posteriormente chamada de Solar dos Câmara) que possuía em seu currículo o ensino de latim, que era considerada a matéria básica, bem como francês, inglês, alemão, matemática (aritmética e álgebra), geografia e história. A seleção dos livros utilizados em sala de aula, assim como nas outras escolas particulares, era feita pela Igreja, o que obrigava o ensino do catecismo e história sagrada. Assim, os alunos já entravam na escola alfabetizados nas primeiras letras, ou seja, sabendo ler e contar.⁴³

Os jornais informavam os serviços ligados às atividades letradas através dos anúncios, como de professores particulares para meninas e meninos, bem como os locais onde as obras literárias eram comercializadas. O jornal “O Recopilador Liberal” anunciava que havia também em Porto Alegre uma escola para meninas. O anúncio afirmava:

“No dia 1º do corrente mez, na Rua da Bragança nº 71, se abriu uma Escola Publica de primeiras letras para Meninas. As pessoas que tiverem meninas a educar na mencionada Escola podem apresenta-las à matricula” (O recopilador liberal, 05/09/1835, p. 70)

O Visconde de São Leopoldo em suas memórias, em um subtítulo chamado “Recompensas e considerações acadêmicas”, exhibe as distinções e recompensas literárias que recebeu. Ele afirma que indicará “sem vaidade e sem orgulho os títulos, que me tem enviado diversas Associações Scientificas, e que se acharão na Gaveta da Mesa em a qual estudo” (FERREIRA, p. 83). Entre essas considerações, indica que no ano de 1838 se tornou sócio efetivo da Sociedade Litteraria do Rio de Janeiro e em 1839 sócio correspondente do Gabinete Portuguez de Leitura, no Rio de Janeiro.

⁴³ O Colégio Gomes foi criado por Fernando Ferreira Gomes e tornou-se o maior instituto de ensino particular da cidade, tendo em 1876 cerca de 178 alunos matriculados. O historiador Sérgio da Costa Franco associa a penúria financeira da família de Gomes ao fato dele ter assumido o magistério: “Como o pai enferrou e morreu muito cedo, deixando-o em penosas condições financeiras, dedicou-se desde jovem à carreira do magistério, fora da Província a princípio, e depois em Porto Alegre, onde fundou o afamado Colégio Gomes” (FRANCO, Sérgio da Costa. **Porto Alegre: guia histórico**. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988: p. 198).

Os gabinetes de leitura foram espaços de sociabilidade que facilitaram bastante o acesso à leitura no Brasil do século XIX. Essas instituições surgiram na Europa ainda no século XVII, e no século XVIII houve uma acentuada proliferação desses locais. Chartier afirma que os gabinetes surgidos na França do século XVIII eram portadores de algumas vantagens tanto para os livreiros como para os leitores, dentre essas vantagens, cita a facilitação do acesso à leitura sob um baixo custo. Esses gabinetes surgem com base na disposição de livros aos clientes das livrarias mediante pagamento de uma taxa mensal, não sendo permitida a retirada de livros desses locais. Assim, esses locais acabaram transformando-se em espaços de sociabilidade, onde as classes letradas reuniam-se para trocar impressões de leitura e comentar autores e obras.

No Brasil, segundo Lima, os gabinetes de leitura assumiram a feição de associações voltadas para a promoção do letramento por meio da constituição, entre outras coisas, de uma biblioteca aberta à visitação e consulta dos sócios. Havia no Brasil do século XIX também os gabinetes caracterizados pela predominância de livros em língua estrangeira. Esses eram fundados por colônias estrangeiras e tinham o propósito de manter vivos nas comunidades estrangeiras os laços com a cultura de sua terra natal, possuindo jornais publicados nos países de origem ou literatura pátria.

O Gabinete Português de leitura em que o Visconde era sócio se insere nesse contexto, sendo fundado em 1837 por emigrantes portugueses no Brasil. Tinham como objetivo “restaurar a glória literária da pátria portuguesa” e “ampliar os conhecimentos de seus sócios e dar oportunidade aos portugueses residentes na então capital do Império de ilustrar o seu espírito”. Esse gabinete tornou-se o espaço mais frequentado entre os gabinetes existentes no Rio de Janeiro, contando com 50.000 volumes em seu acervo, que estavam à disposição dos sócios mediante a mensalidade de 1\$000 (hum mil réis).

2.3. A educação e as práticas de leitura femininas no século XIX

Em 1869, um artigo, publicado pela Revista da Sociedade Parthenon Literario, pregava a importância das mulheres na “marcha progressiva da humanidade”, já que elas influenciariam seus filhos. Assim, a inclusão da instrução feminina na problemática política da época seria uma necessidade política e moral. Mulheres bem instruídas teriam condições de educar os filhos do Brasil, inculcar os valores essenciais para o crescimento do país e para a formação de homens políticos, segundo Maria Helena Camara Bastos (2002). Contudo, essa revista não escrevia somente sobre as mulheres, mas também para as mulheres, pois eram essas o principal público para a literatura no século XIX.

Para estudar as práticas de leitura feminina no oitocentos é necessário considerar que a educação de meninas nesse período não era tão valorizada. Inclusive o público feminino era excluído das escolas públicas até o ano de 1814, e mesmo quando a presença das meninas passou a ser registrada, não passavam de 8% do total de alunos matriculados. Já no final do século, em 1889, essa proporção chegou a 35%⁴⁴. Além dessa desvalorização também havia a resistência das famílias, por questões morais ou até mesmo pela importância das filhas como força de trabalho para a manutenção familiar.

Na segunda metade do século XIX houve um crescimento do número de escolas femininas, aumento das escolas públicas, ampliação do mercado editorial de livros e periódicos, bem como gabinetes de leitura e biblioteca, aumentando também o número de leitores e leitoras. Ainda assim, o acesso aos livros e ao hábito da leitura era restrito à população mais abastada, sendo a burguesia e a aristocracia os componentes do público leitor.

A leitura feminina era composta de categorias diversificadas, porém os romances eram geralmente mais associados às mulheres pois eram teoricamente mais sentimentais e de fácil leitura. Isso demonstra os julgamentos sobre o papel da mulher e sua inteligência, pois considerar os romances como literatura feminina demonstra que se considerava sua capacidade intelectual limitada, dotadas de imaginação, como afirma Lyons, prisioneira de seus sentimentos. Assim, o romance teria o objetivo de distrair e entreter as mulheres nas horas vagas, enquanto nos jornais, os acontecimentos públicos, eram reservados ao público masculino.

A mulher forma uma parte importante e sempre crescente desse novo público de romances. Anne-Marie Chartier (2000) considera que “o século XIX marca a entrada social das mulheres na cultura escrita. As cenas de leitura colocam cada vez mais a mulher em destaque, seja como leitora de romances, seja como educadora de seus filhos. (...) As mulheres leem silenciosamente pelo prazer pessoal, mas também em voz alta para os filhos e familiares, compartilhando a nova concepção de leitura – laica e instrutiva, mas também educativa, moralizante ou sentimental” (CHARTIER apud. BASTOS, 2002, p. 170)⁴⁵.

Algumas obras presentes na biblioteca da família Fernandes Pinheiro demonstram que havia certa preocupação com a instrução de suas filhas. Havia uma obra chamada “Cartas sobre a educação de meninas”, um manual didático de 256 páginas, escrito originalmente em espanhol em 1824, sendo traduzido para o português por João Candido

⁴⁴ MUNIZ, Diva do C. G. Construindo diferenças: a escolarização de meninos e meninas nas Minas oitocentistas (1834-1889). In: LOPES, Ana Amélia Borges M.; GONÇALVES, Irlen Antônio et alii. (orgs.) História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte, FCH/FUMEC, 2002.

⁴⁵ CHARTIER, Anne-Marie. L'enseignement de la lecture: une approche historique. In NUNES, T. and BRYAND, P. Handbook of children's literacy. Londres: Kluwer Academic Publishers, 2002. apud BASTOS, Maria Helena Camara, 2002, p. 170.

de Deos e Silva. Segundo Mônica Jinzenjii (2004), esse manual era dividido em 12 cartas escritas pela autora, uma senhora argentina exilada na Inglaterra, para sua irmã residente em Buenos Aires. Essas cartas (Anexo 3) serviam como orientação para as filhas – que ficaram na Argentina – serem educadas pela tia, sendo posteriormente reunidas essas correspondências e transformadas em um manual para a educação feminina na Argentina.

Na tradução dessa obra para o português, João Candido escreve uma dedicatória para às “Senhoras Brasileiras”, afirmando que o manual tem o intuito de “formar mulheres” que sejam boas mães, boas esposas e que saibam educar as filhas segundo a moral da época. O livro parece ter sido traduzido com a intenção inicial de orientar as mães brasileiras na educação das filhas, porém, foi distribuído para as professoras primárias. O uso desse manual nas escolas primárias públicas sugere a estratégia de difundir os valores fundamentados na moral burguesa junto às camadas pobres da sociedade, salvando o país da “ruína” e fornecendo “cidadãos uteis e virtuosos”, como afirma Jinzenjii (2004).

Uma das principais preocupações das famílias no século XIX era a moral e os bons costumes, sendo o título de uma das cartas da referida obra “Diferentes ramos da Educação. Educação moral. Preceitos, Exemplos, Hábitos. Acerto no uso destes Meios”, um assunto que era imprescindível em manuais de educação feminina naquele período. A educação moral tinha uma importância superior em relação à educação física e intelectual, sendo associada à educação religiosa, ambas responsáveis por incutir valores como a resignação, tolerância e a prática da beneficência.

Outra obra presente na biblioteca da família acerca desse assunto era o periódico chamado “Espelho Diamantino”, havendo 16 volumes, no valor de 2\$000 réis⁴⁶. O jornal/revista começou a ser publicado em setembro de 1827, tendo por subtítulo “Periodico de politica, literatura, belas artes, teatro, e modas: dedicado ás senhoras brasileiras”. Essa publicação deveria servir de estímulo para a instrução do sexo feminino na Corte, tomando por modelo algumas publicações semelhantes na Europa, que se encarregavam de apresentar ao público feminino as noções primordiais relativas à política, às artes, às ciências, as belas letras e os artigos de moda. Segundo o redator do periódico, o *Espelho* devia colaborar para

elevar as mulheres da Corte a um patamar de esclarecimento compatível com os exigidos do novo país independente, e que pretendia para si um lugar entre as nações civilizadas do Ocidente. Mais do que isso: buscava-se corrigir um

⁴⁶ Cada número avulso de O Espelho Diamantino custava 320 réis e podia-se optar por uma assinatura trimestral, pagando-se 1\$600 réis por seis edições do periódico. (BERÇOT, Fernando Santos. O Espelho Diamantino e os exemplos de virtude feminina no Rio de Janeiro do Primeiro Reinado (1827 – 1828) In: Anais do XV Encontro Regional de História da Anpuh-Rio)

problema histórico, que afetava a condição da mulher na sociedade brasileira. (BERÇOT, p. 5)

A partir desse momento, em que as mulheres passam a ser vistas como leitoras, o modo de produção e circulação dos livros foi afetado, havia um debate sobre os riscos e as vantagens da leitura feminina. A literatura, já beneficiada com as modificações impostas ao sistema educacional, sofre então alterações

também em virtude da emergência simultânea do público feminino, representado pelo contingente de leitoras, obrigadas a ficar em casa, pois era-lhes vedada a atividade pública. Aumenta com isso o número de obras em prosa, de consumo mais fácil que os textos em verso, sobretudo os de tendência épica, como eram as expressões nobres na Renascença; aparecem gêneros originais, de trama prolongada e atraente como o romance e o folhetim; priorizaram-se enredos romanescos e de aventuras, herdeiros do *roman courtois*, mas dissociados da religião; enfatiza-se a apreensão dos comportamentos a partir de um ângulo interno, gerando a narrativa psicológica; e valoriza-se a personagem feminina enquanto protagonista de grandes amores. (Lajolo, 2009, p. 237)

A mulher podia então receber instrução, ler e trabalhar, porém, ainda dentro de seu universo que seria a família, a casa e o marido, a quem deveria dedicar-se. As leituras que eram recomendadas ainda eram as obras de moral e religião, visto que havia um medo de que as mulheres se tornassem imorais caso lessem histórias de romances, folhetins e histórias de fantasia, o que iludiria e afastaria as leitoras das tarefas domésticas.

Júlia Lopes de Almeida escreve no Livro das noivas⁴⁷, manual de preparação para a futura esposa e mãe, que os pais antigos proibiam a leitura às filhas, afirmando que os livros eram os piores inimigos da alma.

Para livrarem então as pobres inocentes de, por qualquer casualidade, entrarem um dia em contato com tão perigosos conselheiros, faziam uma coisa que lá consigo julgavam muito acertada – não as ensinavam a ler! Era, evidentemente, o meio mais coercitivo. Hoje em dia o não saber ler é, felizmente, considerado uma vergonha, e não há uma pessoa que propositalmente condene os filhos a tamanha desgraça; agora o que ainda há são chefes de família que abominam os livros, ordenando às filhas que não toque nunca em semelhante coisa. (ALMEIDA, 1895, p. 35)

Porém, a autora apesar de defender que as moças lessem, mantém um discurso que restringe as leituras, censurando as obras que não tivessem fundo moral. A leitura devia então ser selecionada, apenas os livros que tornariam as mulheres aptas para dirigir a educação dos filhos é que deveriam aparecer nas estantes das famílias no século XIX. Assim, Almeida encerrava o capítulo de seu livro com a seguinte convocação “Vamos! Minhas amigas, comecemos a ler, mas com cuidado”.

⁴⁷ ALMEIDA, Júlia Lopes de. O livro das noivas. 3. ed. Rio de Janeiro: s. e., 1895. apud LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, REGINA. A formação da leitura no Brasil.

Nas cartas do Visconde de Pelotas para sua esposa Maria Rita (uma das filhas do Visconde de São Leopoldo) essa censura fica bastante explícita, na preocupação do pai com a moral de sua filha. Ele considerava importante que as filhas tivessem acesso à literatura, porém, não admitia que suas filhas lessem romances, pois considerava que suas filhas se tornariam imorais. Na carta, ele faz à Maria Rita recomendações sobre a educação sua filha Maria José, a quem chamava carinhosamente de “Sinhá”:

Minha querida Maria Rita. Faz, hoje, a minha Maria José 16 annos, e amanhã farei 44. Que notável differença faz para mim este anno do passado! A Sinhá está pois uma moça; será bem que lhe vás formando o coração, e que nessa idade de perigo, faças tudo para que seja uma mulher de juízo. Não consintas de maneira alguma que Ella leia romances, imorais na sua maior parte, e que não servem senão para torna-las coquettes⁴⁸ e ridículas, se as não torna cousa peor.⁴⁹

2.4. A medicina popular: os manuais de medicina no século XIX

Uma das categorias que selecionamos na biblioteca da família Fernandes Pinheiro é a de “medicina”, onde estão listados manuais domésticos de medicina e livros específicos sobre algumas doenças, que possivelmente eram lidos pela Viscondessa e pelo Visconde, a fim de auxiliar na manutenção da saúde familiar. Uma dessas obras é o livro “Domestic Medicine”, escrito por Guilherme Buchan em 1769 e traduzido para o português em 1788. Acredita-se que esse tenha sido o primeiro manual de medicina popular que se espalhou pelo Brasil, ainda durante o século XVIII. Esses manuais tinham o objetivo de difundir o conhecimento médico entre a população, através da escrita de diversos saberes sobre os remédios que poderiam ser úteis ao povo e formas de evitar as doenças, bem como combater as práticas de cura que os médicos chamavam de “charlatanismo”.

Os dicionários de medicina popular surgiram, na segunda metade do século XVIII, como parte da estratégia de vulgarização da medicina empreendida pelos médicos europeus, compondo o esforço de profissionalização de suas atividades. A aceitação entusiasmada do dicionário popular foi, portanto, uma

⁴⁸ A palavra coquete, segundo o dicionário Aurélio, significa “pessoa, geralmente mulher, que procura despertar o interesse amoroso de outrem através da sedução; pessoa que pretende buscar a admiração de outrem através da aparência”.

⁴⁹CÂMARA, R. P. Carta recebida por Maria Rita Fernandes Pinheiro de seu esposo José Antonio Correia da Camara. Tuyu-Cué, 16 fev. 1868. In: CÂMARA, Rinaldo Pereira. O Marechal Câmara sua vida militar. Vol. II. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1970.

manifestação da ideologia médica da época, marcada profundamente pela ideia de profissionalização (ROSEYNE REY, apud, FERREIRA, 2003: p. 117)⁵⁰

Na maioria versões de obras estrangeiras, estes manuais já circulavam no Brasil no final do século XVIII, marcados crescentemente por um uso doméstico, no interior das casas, voltado para a cura dos males familiares. (FERREIRA, 2003, p. 117)⁵¹ Segundo Maria Regina Guimarães (2003), esses livros circulavam entre as famílias e vizinhos, tornando-se cada vez mais populares nas conversas informais e nos ambientes domésticos. Claro que a intenção era uma, mas a popularidade destes manuais gerou uma circulação de práticas médico-curativas que aumentou ainda mais o hibridismo oitocentista.⁵²

A popularidade desses manuais, no entanto, revelou-se uma faca de dois gumes. Se, por um lado, ajudou a convencer a população da necessidade de obedecer às ordens médicas, de outro, proporcionou que as concepções de cura e doença populares se mesclassem aos saberes letrados dificultando a separação entre eles (WITTER, 2001, p. 72).

Segundo Figueiredo (2002)

Alguns médicos indicavam, além dos medicamentos, procedimentos mais adequados ao mundo da fé, enquanto havia curadores que se apoiavam também nos avanços da medicina acadêmica, consultando manuais, conversando com os médicos, adaptando este aprendizado informal ao exercício da sua função. (FIGUEIREDO, 2002, p. 234)

Outra obra presente na biblioteca era “Elementos de hygiene”, escrita por Francisco de Mello Franco em 1814, que explicita uma medicina mais preventiva, valorizando a higiene como uma forma de fortalecer o corpo e incentivando a prática de exercícios físicos para garantir saúde. O autor se inspirava na concepção de Buchan de pensar no corpo enquanto máquina, assim necessitando do exercício para auxiliar na circulação do sangue, entre outros benefícios.

⁵⁰ FERREIRA, Otávio Luiz, Medicina Impopular. Ciência Médica e Medicina Popular nas Páginas dos Periódicos Científicos (1830-1840). In: CHALOUB, Sidney. Artes e Ofícios de Curar no Brasil. Campinas, São Paulo, Editora da UNICAMP, 2003: p.117.

⁵¹ Os usos curativos destes manuais eram usados na cura da família extensa, que incluía escravos e agregados, além dos círculos consanguíneos. (SAMARA, Eni de Mesquita. As Mulheres, o Poder e a Família. São Paulo, século XIX. São Paulo, Editora Marco Zero, 1989)

⁵² Conforme Figueiredo (2002, p. 77), “apesar de ser o século XIX considerado o século da razão, observamos a utilização, como práticas de saúde rotineiras e habituais, daquelas adotadas pela tradição secular: partos com parteiras, receitas de chás para quase todos os tipos de males, crendices populares e assim por diante”. Sobre este assunto, ver: WEBER, Beatriz Teixeira. As Artes de Curar. Medicina, Religião, Magia e Positivismo na República Rio-Grandense - 1889 - 1928. Santa Maria: Ed. da UFSM; Bauru: EDUSC - Editora da Universidade do Sagrado Coração, 1999; e WITTER, Nikelen Acosta. Dizem que foi Feitiço: As práticas de Cura no Sul do Brasil. 1840-1880. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

Um médico que foi muito popular no período e cujos manuais eram encontrados na maioria das casas dos brasileiros, tanto urbanas quanto rurais, era Louis Chernoviz. O médico, nascido na Polônia em 1812, foi obrigado a sair de seu país, quando ainda era jovem e estudante de medicina na Universidade da Varsóvia, por ter participado de um levante contra o domínio russo. Recebeu abrigo na França, onde continuou seus estudos e em 1840 veio para o Brasil. Chernoviz então escreve uma carta⁵³ para o Visconde de São Leopoldo solicitando proteção para estabelecer-se como médico em país estrangeiro, por indicação de Saint-Hilaire e Silvestre Pinheiro. O manual “Dicionário de medicina popular” era bastante difundido no período, porém, não aparece listado na biblioteca dos Fernandes Vieira.

Outras obras de medicina presentes na biblioteca eram manuais mais gerais como a “Conservação da saúde dos povos” e o “Diccionario médico prático”, além de livros mais específicos como “Sobre a bronchocele”, “Medicina legal” e “Cura do antraz ou carbúnculo”. Um livro de valor mais elevado do que os demais, avaliado em 4\$000 réis enquanto os manuais eram avaliados em \$400 ou \$500 réis, era o “Du climat et des maladies du Brésil” escrito por Sigaud, que trazia as estatísticas médicas do período do império brasileiro.

Os livros franceses eram muito difundidos no Brasil no século XIX, havendo uma grande atração dos intelectuais por eles, sendo significativos como capital cultural e simbólico para a elite. Na biblioteca dos Fernandes Vieira haviam 209 obras no idioma francês, o segundo idioma com maior quantidade de livros, ficando na frente somente os livros em português. Segundo Bessone, as obras nesse idioma predominavam nas bibliotecas particulares, principalmente na segunda metade do século XIX. Autores como Corneille, Racine, Molière, Montesquieu, Rousseau, Benjamin Constant e Chateaubriand eram as preferências, sendo muito listados em leilões. No próximo capítulo, serão exploradas as outras categorias da biblioteca da família Fernandes Pinheiro, bem como as redes de relações que eram criadas a partir dos livros.

⁵³ A fonte encontra-se no fundo Visconde de São Leopoldo, no Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul. Carta de Louis Czerniewicz ao Titular. 15 de maio de 1840, 1fl. VSL, pasta 8, n. 71.

CAPÍTULO 3 – A biblioteca como símbolo de auto-representação

Neste capítulo pretendemos realizar uma análise da biblioteca⁵⁴ da família Fernandes - provavelmente uma das maiores da Província no período - pensando neste item de seu inventário post-mortem como um patrimônio material, mas também uma forma de capital cultural e de símbolo de auto representação. A constituição de uma biblioteca pessoal tão vasta nesse período é um investimento importante não somente enquanto capital econômico, mas também como capital simbólico, já que traduz um refinamento e uma ilustração. Nesse sentido, segundo Elias (1993, p 229), o aumento da demanda de livros numa sociedade constitui bom sinal de um avanço pronunciado no processo civilizador, porque sempre são consideráveis a transformação e regulação de paixões necessária para escrevê-los quanto para lê-los.

3.1. Os conceitos de Pierre Bourdieu e Norbert Elias

Utilizamos os conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu para analisar o hábito de consumo de livros da família. O capital cultural é um recurso de poder que indica acesso a conhecimentos e informações ligadas a uma cultura específica, aquela que é considerada como a mais legítima ou superior pela sociedade como um todo.

O habitus é, com efeito, princípio gerador de práticas objetivamente classificáveis e, ao mesmo tempo, sistema de classificação (princípio divisionis) de tais práticas. Na relação entre as duas capacidades que definem o habitus – a de produzir práticas e obras classificáveis, e a de diferenciar e apreciar essas práticas e esses produtos, caracterizando o gosto – é que se constitui o mundo social representado, ou seja, o espaço dos estilos de vida (BOURDIEU, 2002).

O sociólogo Norbert Elias ao analisar o estilo de vida da sociedade de corte afirma que havia uma pressão social para o consumo em função do status, seja relativo ao vestuário ou à arquitetura de suas habitações, por exemplo. Esse consumo, em função do prestígio, podemos constatar nas famílias de elite do século XIX no Brasil, como é o caso

⁵⁴ Utilizamos o conceito de biblioteca de Tania Bessone. “Uma biblioteca não é simplesmente o somatório de livros. O fato de um indivíduo ter escolhido aquelas obras, entre tantas outras, de preservá-las em casa, guardá-las em móveis especialmente construídos, demonstra uma preferência, uma forma de atribuir determinado valor aos livros, não apenas por suas qualidades implícitas. Essa seleção, seja por escolha profissional, afetiva, ou mesmo por status, define uma razão que ajuda a fazer a diferença entre livros esparsos e espalhados e uma biblioteca, mesmo que pequena.” (BESSONE, 1999, p.22)

da Fernandes Pinheiro. Há uma necessidade de auto representação, nesse caso, relativa à biblioteca pessoal, que além de ser produto do gosto pessoal ou da necessidade profissional, é um hábito de classe. Medeiros afirma que

essa necessidade de ações e de atitudes que caracterizassem uma determinada classe social se explica como uma maneira de auto-afirmação da aristocracia da época. Em outras palavras, o que a classe alta queria era se distinguir das demais, fosse através da sua linguagem, das suas vestimentas ou das suas “boas maneiras”.

Em seu livro *A Sociedade de Corte*, escrito em 1933 e só publicado em 1969, Norbert Elias estuda a “Corte dos reis da França entre Francisco I e Luís XIV”, pensando em vários dispositivos de “autoafirmação social”, como o luxo e o consumo de prestígio. Para ele os investimentos em etiqueta e comportamento social, residências e livros, por exemplo, são entendidos se pensarmos neles como um consumo voltado a *demarcação de distinções sociais*.⁵⁵

Assim como Gisele Venancio (2015), que estudou a biblioteca de Oliveira Vianna, consideramos a necessidade de identificar o processo de construção do acervo bibliográfico, atentando-se a ideia de que ele pode ser lido, assim com qualquer outro registro, como uma escrita. A compra e a guarda de livros marcava uma forma, um estilo de vida, que revelava uma faceta importante do trabalho intelectual, tanto para Oliveira Vianna, quanto para o Visconde de São Leopoldo. Desde o século XIX a posse de livros passou a proporcionar um status⁵⁶ para os profissionais liberais, como médicos, advogados e jornalistas, como afirma Bessone (1999).

Segundo Venancio (2015, p. 159) os livros são uma espécie de escrita de si dos seus respectivos acumuladores, eles nos trazem “um pouco de sua história de leitor, possibilitando entrever o seu posicionamento diante do sistema de referências intelectuais de seu tempo”. Concordando com Bessone, Venancio destaca que: “Colecionar livros era uma etapa importante na formação de um intelectual. Possuir um gabinete de leitura, estantes cobertas de livros, uma quantidade de raridades ou de livros pertencentes aos cânones literários nacionais ou estrangeiros simbolizavam para seus pares sua importância intelectual” (2015, p. 160).

⁵⁵ ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte* – Investigação sobre a Sociologia da realeza e da Aristocracia de Corte. Rio de Janeiro, Zahar, 2001: pps. 63, 86, 91.

⁵⁶ Hallewell, por exemplo, relaciona a ampliação do número de livrarias e tipografias ao status que a posse de livros dava ao proprietário. (BESSONE, 1999, p. 82)

Uma biblioteca particular (familiar) de mais de 800 obras era bastante significativa para o oitocentos, considerada de grande porte, possivelmente uma das maiores da província. A título de comparação, a biblioteca pessoal de Machado de Assis (ainda que não fosse contemporânea à dos Fernandes Vieira), doada à Academia Brasileira de Letras, era composta por 736 volumes.

Há uma relação entre o refinamento intelectual dos proprietários e o tamanho das bibliotecas, como destaca Villalta (1998) o tamanho das bibliotecas mineiras era diverso, não sendo determinado pela riqueza, mas pelo grau de refinamento intelectual e de escolaridade de seus proprietários. Assim, as maiores bibliotecas, via de regra, costumavam ser dos padres, advogados e cirurgiões. O acúmulo de capital cultural gerado pela composição de uma biblioteca também era uma forma de evidenciar o merecimento em ocupar cargos burocráticos. Os objetos não possuem relevância somente em razão de sua funcionalidade, mas são considerados de acordo com a dimensão social e a significação a eles atribuída, como afirma Barbosa (2004) sobre a cultura de consumo de bens culturais. A biblioteca era assim uma representação de si, que buscava legitimar através dessa posse, acúmulo, mas também a exposição da biblioteca, pois ela era posicionada no local da casa onde se recebia as visitas.

3.2. O estilo de vida e cultura material de uma família de elite

Além da biblioteca, podemos verificar, a partir do inventário, outros itens que serviam para reafirmar esse estilo de vida de elite. O solar da família (Anexo 5), que hoje é patrimônio histórico nacional⁵⁷, é uma habitação de grande opulência. São descritos no inventário do Visconde de São Leopoldo diversos artigos “de luxo”⁵⁸, como móveis feitos de jacarandá, um piano de mogno, lustre de cristal e quadros históricos com molduras douradas. Esses objetos ficavam principalmente no Salão Nobre, na Sala de Visitas, na Sala de Jantar e no Gabinete, locais onde recepcionavam outros membros que

⁵⁷ Em 1963 o prédio do “Solar dos Camara” foi tombado como patrimônio histórico nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) por seu valor histórico e por ser o remanescente mais antigo de arquitetura residencial do século XIX em Porto Alegre – RS. Atualmente, restaurado em parceria com o IPHAN (adotando técnicas internacionais de salvaguarda de bens culturais, assim mantendo as características originais, o Solar é um centro cultural onde são realizadas apresentações artísticas, exposições fotográficas, recitais de música, teatro e poesia, além da “Escola do Legislativo”, que busca promover educação para o exercício da cidadania.

⁵⁸ Segundo Weber: “O ‘luxo’, no sentido da rejeição da orientação racional do uso não é, para o estrato dos senhores feudais, “supérfluo”, mas um dos meios de sua auto-afirmação social” (Weber apud Elias, 1993b, p. 56)

compartilhavam esse *ethos* de elite, como políticos, militares e intelectuais⁵⁹. Também havia na residência um jardim densamente arborizado com estátuas e fontes. Bordieu (2013) afirma que as lutas pela apropriação dos bens econômicos ou culturais são, inseparavelmente,

lutas simbólicas pela apropriação desses *sinais distintivos* como são os bens ou as práticas classificados e classificadores ou pela conservação ou subversão dos princípios de classificação dessas propriedades distintivas. Por conseguinte, o espaço dos estilos de vida, ou seja, o universo das propriedades pelas quais se diferenciam, com ou sem intenção de distinção, os ocupantes das diferentes posições no espaço social não passa em si mesmo de um balanço, em determinado momento, das lutas simbólicas cujo pretexto é a imposição do estilo de vida legítimo e que encontram uma realização exemplar nas lutas pelo monopólio dos emblemas da “classe”, ou seja, bens de luxo, bens de cultura legítima ou modo de apropriação legítimo desses bens. (BORDIEU, 2013, p. 233)

A residência da família era grande até mesmo para os padrões da elite do século XIX, haviam quatro salas, dois quartos, além do gabinete, da capela e do armazém⁶⁰. Em uma das salas, a sala grande, possivelmente um dos cômodos em que a família recepcionava seus convidados, haviam mesas douradas com tampos de mármore, vinte e quatro cadeiras de jacarandá, quadros com moldura dourada, além de um lustre de cristal. Já a sala do toucador era composta por espelhos elípticos dourados, muitos quadros (Inês de Castro, Vênus, Cleópatra), louças importadas de Macau, além de imagens de Nossa Senhora e Santa Izabel. Na terceira sala descrita no inventário, a sala de jantar, haviam basicamente mesas, cadeiras e canapés de jacarandá, além de “quadros velhos de moldura dourada”. Na sala de visitas, que era outro espaço importante para a elite exibir seu estilo de vida mais luxuoso, haviam mesas, muitas cadeiras, sofá, bancas embutidas de jacarandá, relógio “de cima da meza”, quadros históricos com molduras douradas, castiçais, louças, vasos de porcelana, e claro, um piano de mogno, artigo indispensável

⁵⁹ Segundo Rinaldo Pereira Camara, no salão nobre do Solar estiveram os imperadores Dom Pedro I e Dom Pedro II, o Conde D’Eu, o Duque de Caxias e o botânico Auguste de Saint-Hillaire. Consideramos o *ethos* de um grupo constituído pelo “tom, o caráter e a qualidade da sua vida, seu estilo e disposições morais e estéticos” de uma dada cultura. Sendo óbvio que esse compartilhamento não significava homogeneização de comportamentos, comportando disposições plurais e mesmo antagonismos. (GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978: pps. 103 e 143)

⁶⁰ Raros trabalhos historiográficos focam a cultura material sul-rio-grandense, mesmo que da suas elites, sobre as quais temos mais registros documentais. Temos, para o século XVIII, o 4º capítulo da tese de Fabio Kuhn (KUHN, Fabio. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no sul da América Portuguesa - século XVIII*. Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 2006). Na arqueologia histórica temos: TOCCHETTO, Fernanda Bordin. *Fica Dentro ou Joga Fora? Sobre práticas cotidianas em unidades domésticas na Porto Alegre oitocentista*. 2004. (História) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; e Denise Ognibeni. *Charqueadas Pelotenses no século XIX: Cotidiano, estabilidade e movimento*. 2005, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

para uma família de elite no século XIX. Luis Claudio Symanski (1998) analisa os espaços privados em Porto Alegre no século XIX pesquisando diversos inventários no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), afirma que o Visconde de São Leopoldo era um dos indivíduos que mais se preocupou em ostentar seu status sócio-econômico através da mobília presente em seu solar. Symanski (1998) também afirma que, curiosamente

Os móveis da sua sala de jantar, composta por “...uma meia cômoda de jacarandá, três mesas de abrir, um canapé de jacarandá, oito cadeiras de pau ordinárias, uma mesa de madeira ordinária com duas gavetas, três quadros velhos de moldura dourada e vinte ditos com moldura de jacarandá” são os mais simples e de menor valor (49 mil réis) de todos os cômodos arrolados, incluindo as alcovas, espaços privados por excelência. (...) É interessante, porém, neste domicílio, a presença de uma “sala grande”, contendo, além de quatro mesas, 24 cadeiras e um sofá, numa avaliação diversas vezes superior àquela da sala de jantar (somente as cadeiras estão avaliadas em 228 mil réis), além de quadros de molduras douradas, bustos de gesso, e um grande lustre de cristal avaliado em 200\$000 (duzentos mil réis). (SYMANSKI, 1998, p. 89)

Ao que tudo indica, o Visconde estava mantendo no seu solar dois cenários distintos para as refeições, assim, sendo a sala de jantar, mais simples e despojada, o espaço mais íntimo da família, “correspondendo à varanda dos tempos coloniais, no qual a simplicidade da mobília e provavelmente da própria louça utilizada realçava valores de união, lealdade, fraternidade, partilha e da intimidade do lar” (SYMANSKI, 1998, p. 90). Já a sala grande, era destinada às refeições mais formais, onde no rituais burgueses de sociabilidade a mobília requintada emitia mensagens indicadoras sobre a filiação da família na mais alta esfera social: a nobreza.

Nos quartos podemos perceber mais artigos de luxo, que, comparando com outros inventários da elite de Pelotas (RS) e de São Paulo (SP), compreendemos que muitos artigos que os Fernandes Pinheiro possuíam eram, de fato, bastante raros mesmo entre os membros da elite. No quarto do casal, por exemplo, havia uma cama de jacarandá cortinada com bambolina⁶¹ nobre azul claro com bordados, uma colcha da Índia de cetim azul claro e bordada de fio de seda, duas colchas de damasco – tecido nobre importado-, um toucador (uma espécie de penteadeira), cômoda e canapé de jacarandá, caixa de costura, bem como um oratório dourado de vidraças com algumas imagens religiosas, tais como de Nossa Senhora, São Miguel, Santa Rita e de Cristo.

⁶¹ Bambolina era uma sanefa, ou seja, “larga tira de fazenda, que se dispõe transversalmente como ornato na parte superior de uma cortina” (LELLO UNIVERSAL. Novo Dicionário-Enciclopédico Luso-Brasileiro. Vol. 4. Porto, Lello & Irmão, s/data: p. 984)

Através de correspondências da família percebemos que havia um sentimento religioso muito intenso. Além das imagens que haviam no quarto do casal e na sala, havia ainda uma capela descrita no inventário. Nesse espaço havia uma imagem de Cristo dourada e outra de madre perola - uma pedra preciosa nobre -, fitas com diversos santos, seis castiçais, uma campainha, três sacros e um missal. Na biblioteca também havia um exemplar do Novo Testamento, no valor de \$400, duas obras do Padre Antonio Pereira, uma delas em latim (no valor de \$800 cada uma) e cinco volumes da obra “Celibato Clerical”, do Padre Diogo Antonio de Feijó (no valor de 1\$000).

A descrição dos móveis presentes naquela capela particular indica aspectos ligados a sentimentos e cenografias devocionais. Gilberto Freyre (1996) talvez tenha sido um dos primeiros pensadores sociais a chamar a atenção para as capelas patriarcais, que significariam um sentimento de domesticação dos santos católicos, transformados em protetores das casas e das famílias que os abrigavam, um espaço de devoção e afetividade genuínos, mas também um local onde se afirmavam e reforçavam redes sociais. Os objetos presentes permitem que identifiquemos aquela capela como local de cultos católicos diversos, batismos, missas, casamentos, cuja ocorrência e frequência certamente estreitava as relações entre os vizinhos, a própria família e outros núcleos familiares das elites locais⁶².

A família Fernandes Pinheiro não apenas possuía uma fortuna que figurava dentro das maiores da província, como apresentava um estilo de vida aristocrático, que pode ser comparado às famílias da elite paulista⁶³. Maria Lucília Araújo (2004), que analisou os interiores domésticos dos paulistanos na primeira metade do oitocentos, mostra um quadro mais geral do mobiliário da população paulista. Nas famílias mais ricas podemos perceber um estilo de vida como o da família estudada em nossa dissertação, como uma cama descrita no inventário de Leonor, um leito de cana-da-índia almofadado com veludo, contornos de marfim, pregaria dourada e adquirida no Rio de Janeiro. Nos inventários da elite haviam também lençóis de linho decorados com babados e rendas,

⁶² Sobre o assunto, ver: FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mucambos*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. Sobre a presença de oratórios particulares, ver: MARTINY, Carina. “Os seus serviços públicos e políticos estão de certo modo ligados à propriedade do município”: Constituindo redes e consolidando o poder: uma elite política local (São Sebastião do Caí, 1875-1900). São Leopoldo: UNISINOS -PPGH, 2011, 366 F. (Dissertação de Mestrado); UBERTI, Hermes Gilber Uberti. *Abençoando Neófitos, Tecendo Redes Sócio-Familiares na Freguesia de São Vicente (Vale do Jaguari, RS, 1858-1898)*. São Leopoldo, PPGH/Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2016.

⁶³ Sobre as famílias da elite cafeeira do Vale do Paraíba (SP), ver: MOURA, Carlos Eugenio. *O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*.

colchas de damasco - consideradas as mais ricas-, além de cadeiras com assento de damasco, seda ou carneiro, que podiam valer até 5\$000 cada uma. Nesse período, como afirma Marize Malta (2009), a casa

passou a ter o compromisso de aparentar um novo status econômico e cultural, para além da posse da terra e da mão de obra escrava produtiva. Ela se cercava de luxo, de um luxo de gosto burguês. (...) Os elementos arquitetônicos, os móveis e os objetos deixaram de ser identificados apenas como formas operacionais para priorizarem valores estéticos e simbólicos e se tornaram destacados objetos presentes no dia a dia, ampliando suas representações e significações. (MALTA, 2009, p. 127)

Esses padrões de consumo e hábitos das sociedades europeias começaram a ser mais difundidos no século XIX, como Jonas Vargas percebe na elite charqueadora de Pelotas (RS), a principal elite econômica da província. O autor demonstra, através da análise do patrimônio inventariado dos charqueadores mais ricos, que o estilo de vida aristocrático e luxuoso nos móveis e outros artigos das residências também estavam presentes nessa elite. Eduardo Schnoor afirma que esses novos hábitos e costumes não buscavam necessariamente apenas legitimar uma nova ordem escravista, mas sim, “um ideal aristocrático de modernidade”. Nos inventários dos charqueadores também são encontradas referências a livros e estantes para livros, e mesmo que não existam tantas referências, certamente seus filhos, esposas e genros se interessavam, pois Pelotas “despontava como um dos grandes focos de famílias que enviavam seus filhos para estudar Direito em São Paulo, ficando atrás somente de Porto Alegre” (VARGAS, 2014, p. 425).

Diferentemente de Porto Alegre e Pelotas, Jaguarão era um município no qual a principal atividade econômica era a pecuária, sendo assim, os padrões de riqueza eram diferentes, mas também são encontrados itens de mobiliário semelhantes à elite de Porto Alegre e Pelotas. Amanda Both (2016) ao estudar em sua dissertação a elite de Jaguarão, encontra apenas um inventário que possui livros, pertencente à Dona Ana das Chagas Ávila, mãe de três filhos com formação superior e parte da elite⁶⁴ do município. Em Jaguarão era mais difícil ter acesso aos itens de luxo, tanto pela distância com a capital da província, como pela distância com o porto de Rio Grande. Em seu inventário são

⁶⁴ A Dona Ana não está citada entre os proprietários mais ricos de Jaguarão, mas está em um nível de fortuna considerado elite pela autora.

citados nove livros, a maioria de literatura, mas também há um relacionado à prática de medicina⁶⁵.

Um item pertencente ao inventário do Visconde de São Leopoldo que merece ser tratado com mais ênfase certamente é o piano de mogno. Os pianos eram um dos instrumentos musicais mais difundidos entre as famílias de elite do século XIX, com certeza era outro objeto que possuía um capital simbólico que, juntamente com os livros, tinham a função de auto representação já citada anteriormente.

A instrução do piano para as moças era bastante difundida entre as famílias de elite e considerada importante para a boa educação das meninas. Essa ideia era bastante presente nos romances oitocentistas. Em “Orgulho e Preconceito” de Jane Austen, um dos mais conhecidos romances do século XIX, a descrição da jovem ideal feita pela personagem Carolina Bingley é a seguinte: “Uma mulher deve ter um conhecimento profundo de música, canto, desenho, dança, e das línguas modernas”⁶⁶. Freyre (1985) afirma sobre a popularização do piano na classe dominante a partir do Segundo Reinado, se tornando

Símbolo de distinção, de gosto e de prestígio social, quer em palacetes aristocráticos de subúrbio, quer em sobrados nobres ou burgueses, distinguindo, também, nas casas grandes de engenhos e fazendas, as casas das famílias aparentemente mais cultas das mais sincera ou rusticamente rurais. (FREYRE, 1985, p. 105)

Na biblioteca da família eram citados três livros relacionados à música e ao piano, como “Principios de muzica” de Ferreira da Costa, “Piano” e “Trigonometria do piano”, sem referencia de autor. A obra “Principios de muzica” (ou Exposição Methodica das doutrinas da sua composição e execução) é “um bom livro elementar neste gênero”⁶⁷, que contem partituras musicais e teorias da música, sendo possivelmente uma leitura realizada pelas mulheres da família, que exibiam seus dotes musicais nos salões.

As netas do Visconde e da Viscondessa tinham aulas de piano, como encontramos nas correspondências pessoais⁶⁸ trocadas por seus pais, Maria Rita e Visconde de Pelotas,

⁶⁵ Os livros arrolados no inventário são: Memórias de um médico, Recordações de minha vida, O consciencia, Rainha Margarida, Guerra das mulheres, Os quarenta e cinco, Monte Cristo, Revista popular nove cadernos, Dicionarios.

⁶⁶ AUSTEN, Jane. Orgulho e preconceito. Tradução de Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Penguin Classic Companhia das Letras, 2011, p. 144.

⁶⁷ SILVA, Jose Bonifácio de Andrada. Discurso histórico realizado na sessão pública de 24 de junho de 1818 da Academia Real das Ciencias de Lisboa. Historia da Academia Real das Sciencias de Lisboa para o anno de 1818. Lisboa. In: BUDASZ, Rogerio. Teatro e música na América Portuguesa: convenções, repertório, raça, gênero e poder. Curitiba: DeArtes – UFPR, 2008.

⁶⁸ As correspondências estão disponíveis no Volume II da obra “O Marechal Câmara”, escrita por Rinaldo Pereira da Câmara.

durante a Guerra do Paraguai. O Visconde de Pelotas cita as aulas em duas correspondências, quando diz: “A Sinhá que continue a estudar piano, pois logo que possa lhe comprarei um”. Em outra carta, ele questiona à esposa: “Como vai a Sinhá de colégio e piano?”

Ainda em relação aos itens dispostos no inventário sobre o Solar da família achamos necessário explorar os móveis do gabinete, que era o escritório do Visconde e o local onde ficavam os livros. Helder Carita (2009) analisa a evolução dos gabinetes desde a Idade Média até o século XIX, afirmando que

as suas funções e significado, a biblioteca do séc. XIX mantém-se como espaço de grande prestígio, acumulando funções de lugar de trabalho com as de estar e encontro. Através da fotografia, de que começamos a dispor nesta época, nestes gabinetes de trabalho confrontamo-nos com ambientes marcados por grandes mesas ou secretárias, colocadas no centro do espaço, articulando-se com conjuntos de sofás e cadeiras. (CARITA, 2009, p. 44)

No inventário aparece listado uma mesa grande forrada de couro preto, uma banca de abrir de jacarandá, uma cadeira de braços, um mocho de jacarandá com almofadas, móveis que aparentemente eram utilizados para a leitura (de livros e jornais), tanto pelo Visconde, quanto pelos outros membros da família, como a esposa, as filhas e o filho. Ainda há cadeiras americanas com assentos de palhinha, quinze quadros de moldura preta e quatro quadros com frisas douradas, um termômetro, duas esferas geográficas (talvez atlas que poderiam ajudar na educação dos filhos e filhas, localizando países e regiões descritos nos livros), estantes grandes de pinho (não se menciona a quantidade, mas imaginamos que eram muitas, devido ao número de livros), vinte e quatro figuras de louça, além de “huma livraria constante de cathalogo junto” (que seriam os livros expostos também no inventário). Em uma visita recente ao Solar, verificamos que nesse espaço ainda hoje há uma mesa e duas cadeiras de braços – que não sabemos se são as mesmas, visto que houveram outros dois moradores na residência depois -, além de uma estante de madeira com cerca de 50 livros dentro.

Outro elemento do inventário que demonstra a riqueza da família é a presença de duas “cadeiras de ‘condusir’ gente, com cortinas”, a famosa cadeirinha de arruar (Anexo 4) que era conduzida por escravos⁶⁹. Portanto, além de evidenciar a hierarquia social entre

⁶⁹ Adão, carpinteiro, de nação cabindas, maior de 30 anos; Lourenço, crioulo, aprendiz de alfaiate, maior de dezesseis anos; Luiz, cabinda, aprendiz de pedreiro, maior de dezoito anos; Miguel, congo, cozinheiro maior de 40 anos; Antonio, Moçambique, maior de quarenta anos; Gabriel, cabinda, maior de quarenta anos; Luiz, congo, maior de trinta anos; Domingos, Moçambique, maior de quarenta anos; Maria, crioula, maior de sessenta anos; Margarida, Manjolo, maior de trinta anos; Luzia, Nagô, maior de vinte anos; Damasia, crioula, dezesseis anos; Genoveva, crioula, quinze anos; Pascoa, crioulo, doze anos.

brancos e negros, que era corriqueira na sociedade oitocentista, ainda demonstrava que a família era uma elite mesmo dentro da elite social da época, pois nem todas as famílias de posse possuíam essas cadeiras. A família possuía doze escravos registrados no inventário, alguns tendo funções específicas como cozinheiro, alfaiate e pedreiro. Possivelmente, a maioria desses escravos estavam à disposição da família em sua residência urbana. Isso enfatiza nossa hipótese de autoafirmação social da “aristocracia” através de posses, hábitos e educação. A respeito disso, Patricia Lins de Medeiros (2007) afirma que essa necessidade de ações e de atitudes

que caracterizassem uma determinada classe social se explica como uma maneira de auto-afirmação da aristocracia da época. Em outras palavras, o que a classe alta queria era se distinguir das demais, fosse através da sua linguagem, das suas vestimentas ou das suas “boas maneiras”. (MEDEIROS, 2007, p. 172)

3.3. Circulação dos livros na província: as redes de relações

Através da análise de algumas correspondências pessoais do Visconde de São Leopoldo, podemos afirmar que havia uma rede de relações que tratava de assuntos relacionadas aos livros, gabinetes e bibliotecas. Há correspondências que informam a quantia de dinheiro enviado pelo Visconde a um livreiro de Portugal, o livreiro Borelli. Em uma carta de Agostinho de Freitas Guimarães, dono de uma tipografia carioca no século XIX, o livreiro informa uma remessa de livros encomendados para o Visconde, com títulos como “Biographia Universal”, e também periódicos e folhetos que, segundo Agostinho, seriam úteis ao Visconde. Outra correspondência enviada por José é relativa à uma tradução de uma obra importante, que encontrou na livraria de Rodrigo de Souza da Silva Pontes, em Porto Alegre, mandando lembranças ao tradutor Antonio Pires da Silva Pontes. Apesar de ter encontrado poucas correspondências relativas ao círculo de leitores e livreiros que envolvia o Visconde, podemos afirmar que essa rede existia e que grande parte das obras presentes na biblioteca da família eram obtidos através desses contatos.

Através da leitura de uma lista de livros e objetos, que o Visconde encomendou da Inglaterra pelo amigo Frei José Mariano da Conceição Veloso⁷⁰ (Anexo 3), podemos

⁷⁰ José Mariano da Conceição Veloso (1741-1811) foi um frei franciscano e naturalista, um dos mais importantes botânicos da época. Foi diretor da Oficina Typographica do Arco do Cego, em Lisboa, que

perceber que alguns dos pedidos eram de 2 ou 3 exemplares da mesma obra, o que possivelmente significava que um ficaria para si e outro presentaria algum amigo. Talvez, essas compras de vários exemplares de uma mesma obra, também demonstre que as aquisições podiam ser feitas para mais de um indivíduo ou família, o que deveria ainda aumentar a sensação de compartilhamento de gostos de leitura. Essas fontes nos permitem responder parcialmente uma questão que permeia esse trabalho: de onde vinham os livros que compunham a biblioteca da família? Podemos perceber que, além dos livros comprados em livrarias do Rio de Janeiro e de Porto Alegre, alguns livros eram importados da Europa, como Portugal e Inglaterra.

Dividimos a biblioteca em categorias de análise, algumas já foram tratadas no capítulo 2, como os romances e os livros de medicina. Nesse capítulo serão exploradas as categorias Ciências, Direito, Economia, Filosofia, História e Literatura. A categoria que classificamos como “Ciências”, possui 117 registros no inventário, sendo a sua maioria - mais de 70% - em português e 20% em francês. Nessa categoria encontramos diversos registros de atlas, mapas, livros de geografia, de geometria, de botânica – estudos de St. Hilaire, por exemplo – e alguns dicionários. Entre os dicionários estão tanto os gramáticos, como em francês, italiano, latim, espanhol e inglês, como também os dicionários “científicos” como dicionários geográficos, de ciências naturais, de agricultura e de indústria. Também há muitos livros sobre agricultura e manuais para o cultivo de diversas espécies, como tabaco, algodão, batatas, arroz, entre outros.

Os livros de direito constituem cerca de 22% do total do número de livros presentes no inventário. Essas obras consistiam em livros de direito civil, legislações, tratados e constituições, principalmente. Mais da metade das obras eram escritas em português, acreditamos que o Visconde possa ter adquirido uma parte deles enquanto estudava Direito em Coimbra. Em segundo lugar aparecem os livros em francês, cerca de 25% do total de obras relacionadas à profissão, seguindo pelos livros em latim, que também era um idioma dominado pelo proprietário, que representam 16% dos exemplares. Ainda haviam algumas obras em espanhol, inglês e italiano, que também

publicou um número expressivo de livros, funcionando como uma oficina para o aprendizado das artes tipográficas e da gravura. O Visconde de São Leopoldo inclusive trabalhou na tipografia enquanto morou em Portugal. Conceição Veloso era brasileiro, nascido em Minas Gerais, “autor da Flora Fluminense, segundo o sistema linneano, e de muitas monografias. Dirigiu a Régia Oficina Tipográfica de Lisboa (1745-1811)”. (LELLO UNIVERSAL. Novo Dicionário-Enciclopédico Luso-Brasileiro. Vol. 1. Porto, Lello & Irmão, s/data: p. 614)

eram do conhecimento intelectual do Visconde.

Os principais donos de bibliotecas no século XIX eram os membros do clero, seguido profissionais liberais como bacharéis e médicos, além de juízes e magistrados. Luiz Antonio Gonçalves da Silva analisou os relatos de viajantes que, percorrendo o Brasil no decorrer do século XIX, descreveram as bibliotecas e como essas eram vistas pela população do período. O autor cita relatos como o de Maria Graham, que em sua segunda visita ao Brasil menciona ter conhecido bibliotecas nas residências de alguns brasileiros, como a do conselheiro Luís José de Carvalho e Melo, no Rio de Janeiro. Esse acervo possuía grande número de obras de direito, “como é juiz, naturalmente seria assim”, mas também havia história e literatura geral, principalmente francesa, e alguns livros ingleses, como a viajante relatou posteriormente.

Essas bibliotecas não estavam presentes somente nas capitais das províncias, mas também no interior do país, como foi identificada por um viajante uma biblioteca localizada à margem do rio Tocantins. Silva afirma, reiterando nossa hipótese sobre o valor simbólico dos livros, que

O papel dessas bibliotecas estava limitado ao uso particular, não havendo maior repercussão além do espaço privado. Estavam ligadas às elites representadas por pessoas ditas cultas. Cumpriam, muitas vezes, um papel simbólico de reafirmação de status social de seus proprietários, muitas vezes iletrados, e, para tal, eram motivo de exibição, ocupando lugar de destaque nas residências. (SILVA, 2010, p. 85)

Ainda falando sobre as categorias da biblioteca, em relação ao número de exemplares os livros relacionados à história apareciam logo após os de direito, com 135 obras. Nessa categoria se encontram as memórias de viajantes, muitos livros relacionados à história do Brasil e também de Portugal, além de livros sobre história da América e algumas biografias. O Visconde é considerado o primeiro historiador da província, pois sua obra “Annaes da Província de São Pedro” (1839) é considerada o primeiro registro histórico “de verdade” do Rio Grande do Sul. Um de seus biógrafos, Antonio da Cunha Barbosa, afirma que José Feliciano tomou “por modelo Tácito, procurando quanto permitia a natureza dos objetos e a índole das duas línguas, seguir as pisadas do grande historiador romano” (BARBOSA, 1904, p. 204). Nesse período, era comum utilizar Tácito como referência para o modelo de escrita, como o caráter pragmático atribuído aos escritos históricos. O Visconde, em seu prefácio escrito em 1839 para a nova publicação de seus Anais, relembra o esforço que teve em coletar documentos “autênticos” que

pudessem “distinguir sua obra daquilo que, citando Voltaire, definiu como ‘romance provável’, ressaltando a vinculação entre uma elite letrada que era capaz de assegurar os critérios de produção e difusão das ‘luzes’, e as demandas de um Estado que, em contrapartida, deveria incorporá-los em instituições.

Nessa mesma biografia escrita por Barbosa (1904), publicada em um exemplar da Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico, o autor cita que José Feliciano era amigo de cientistas e escritores nacionais e estrangeiros, como St. Hilaire, Friedrich Selow, Araújo Porto Alegre e Varnhagen, por exemplo, como aparece em suas correspondências trocadas com certa frequência. Dentre as obras escritas pelo intelectual, além dos “Annaes”, aparecem as biografias “Da vida e feitos de Alexandre Gusmão e de Bartolomeu Lourenço de Gusmão” (1839). O biógrafo ainda cita outras obras que o biografado publicou enquanto morava em Lisboa, como “Cultura americana (traduzido do inglês)” (1799), “Discursos apresentados á Mesa de Agricultura” (1800), “História nova completa da America” (1800) – este livro foi o único de autoria própria listado no inventário -, “Collecção de memórias sobre estabelecimentos de humanidades” (1801), “Relação circunstanciada sobre um estabelecimento formado em Munich a favor dos pobres (traduzido do alemão)” (1801) e “Systema universal de história natural (traduzido do inglês)” (1807). Também houve uma obra póstuma, publicada na revista do Instituto Histórico e Geográfico, sua autobiografia que foi chamada de “Memorias do Visconde de São Leopoldo” (1873).

Em relação às obras de economia, percebemos dois assuntos recorrentes nos livros: a economia política e o comércio. Dois autores que aparecem nessa categoria são Canith e Maltous (citar obras). Nos livros de filosofia, a sua maioria em francês, verificamos alguns autores clássicos como Montesquieu e Rousseau, que contém suas “ouvres completes” listadas no acervo. Já relacionados à literatura, tendo sua maioria (63%) em português, seguido por obras francesas (30%), aparecendo assim livros de memórias, de educação, livros de poesias, além de autores que eram mais presentes também em outras bibliotecas do período como Lord Byron, com a obra “Laura”; Roger Vailland, com “Eloise et Beilard” e Varnhagem, com “Diario de Navegação”. Duas epopeias se encontram na biblioteca, como “Paradis Perdu”, de Milton e “Eneida”, de Virgilio. Obras de autores luso-brasileiros como Basílio da Gama, com “O Uruguay” e do poeta português Luís de Camões com “Os Luzíadas” também estavam presentes. Esses livros podemos encontrar em outras bibliotecas particulares listadas no período, bem

como no catálogo do gabinete português de leitura do Rio de Janeiro. Essas obras, bem como “Caramuru”, poema épico do frei Santa Rita Durão, são essenciais para o estudo da literatura brasileira.

3.4. Algumas obras raras da biblioteca dos Fernandes Pinheiro

Três obras raras⁷¹ presentes na biblioteca da família merecem destaque nesse trabalho, como é o caso das obras escritas por Anne Louise Germaine de Stael, conhecida como Madame de Stael na literatura. A autora, nascida em 1766 em Paris, pertencia à uma família influente da sociedade da época. Sua obra é fortemente marcada pelas ideias do Iluminismo, sendo Madame de Stael uma grande leitora de Rousseau.

Uma dessas obras raras presentes na biblioteca dos Fernandes Pinheiro é o livro *Delphine*, publicado em 1802 e primeiro romance escrito pela autora, que examina os limites da liberdade das mulheres na sociedade aristocrática. A história se passa em Paris entre 1789 e 1792, onde a jovem viúva Delphine arranja o casamento de uma prima distante, Matilde, com Leonce de Mondeville. No entanto, a jovem se apaixona pelo marido da prima, o que era um amor condenado pelas convenções da época. Narceli Piucco, doutora em estudos da tradução, em sua tese afirma que

nesse romance, Staël mistura as questões políticas e sociais de seu tempo, a superioridade do protestantismo sobre o catolicismo, o divórcio, e manifesta abertamente que a Revolução fez regressar a condição feminina, denunciando as infelicidades das mulheres às quais sua posição no seio da família patriarcal as condena. (PIUCCO, 2014, p. 25)

Outra obra presente na biblioteca era *Corinne ou l'Italie*, romance publicado em 1807, que mesclava diversos gêneros literários, como cartas, poemas improvisados, sermões e representações teatrais, era ao mesmo tempo um guia de viagem da Itália e um romance. O livro relata a história de uma poetisa e artista que guia o lorde escocês Oswald pela Itália. Segundo Pardo Bazán⁷², *Corinne* e *Delphine* são um legado contra as

⁷¹ Nesse trabalho, consideramos obras raras aquelas que não estão presentes com frequência em outras bibliotecas de brasileiros. No catálogo do gabinete português de leitura do Rio de Janeiro, por exemplo, essas obras não aparecem.

⁷² Bazán, Pardo. (p. 187-189). apud PIUCCO, Narceli. Retradução comentada de *Corinne ou l'Italie* de Mme de Staël. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Florianópolis, SC, 2014, 188 p. (Tese de doutorado)

convenções sociais, pois

Corinna reúne quantas perfeições e méritos se podem sonhar: canta, pinta, improvisa, compõe versos preciosos e é, além disso, um prodígio de beleza e juventude. Com tantas qualidades, não é de estranhar que a conduzam ao triunfo no Capitólio e ali a coroem, prestando tributo a seu gênio. Mas Corinna não é a mulher que pode dar a “felicidade doméstica”, assim, o homem a quem ama terá de buscá-la em uma mulher simples, modesta, doce, e Corinna será a mais infeliz das criaturas. Há aqui um conceito lírico: o da incompatibilidade da paixão e do sentimentalismo individualista com a sorte tranquila e obscura do lar. (PIUCCO, 2014, p. 53)

Em seus dois primeiros romances, Mme de Stael defende o respeito às mulheres, em especial relativamente à sua capacidade intelectual, considerado revolucionário no período. Tanto *Delphine* como *Corinne* têm como heroínas mulheres livres e combativas, que sofrem por amor e lutam contra os preconceitos, ambas condenadas à solidão. Segundo Piucco, isso é evidente a alusão às vicissitudes de sua vida e da perseguição que Stael sofreu, sendo uma mulher de gênio que foi vítima da censura de Napoleão, considerando assim, os dois romances como autobiográficos.

Outra obra presente na biblioteca dos Fernandes Pinheiro era “D l’Allegmane”, um trabalho que investiga a literatura e a filosofia alemã, escrito em 1810, no período que Stael viveu na Alemanha. Esse foi o livro que popularizou a autora na França, mesmo que tenha sido censurado sob a acusação de conter ideias antipatrióticas, tendo sido publicado em edição francesa apenas em 1814, com a queda de Napoleão Bonaparte. Edmir Missio, doutor em teoria e história literária, afirma que

as condições que envolveram a publicação, juntamente com o sucesso de seus escritos anteriores, a perseguição política sofrida e seu retomo triunfal a Paris, contribuíram para aguçar o interesse dos leitores. Assim, o sucesso inicial do livro não deixaria de estar vinculado ao sucesso político de seu retomo. (MISSIO, 1997, p. 34)

A obra de valor mais caro listada no inventário é “Impressão avulça e mapas dos annais de Ceugrande”, avaliada em 200 mil réis. As segundas mais caras são “Biographie universeille” e “Decade Philosophique Litteraire”, no valor de 40 mil réis. A biografia universal (1841) é uma obra rara, um obituário de homens famosos, história geral, batalhas e grandes acontecimentos políticos, e a família possuía 6 volumes dessa obra. Já “Decade Philosophie Litteraire” (1794-1807)⁷³ é um periódico político e literário francês

⁷³ Fondé le 10 floréal an II (29 avril 1794), em pleine Terreur, le journal paraîtra sans interruption jusqu’ en 1807, au moment de sa disparition sous l’ Empire, ordonnée par Bonaparte, qui, par l’ entremise de Fouché, organise sa fusion a son viel ennemi, Le Mercure, le journal de Chateaubriand. Plus que tout autre journal

que possui 54 volumes em sua coleção completa, na biblioteca da família estão presentes a maioria, havendo 45 exemplares do periódico.

Ainda entre a lista dos livros mais caros, estão “Corpus Juris Livelis” e “Dictionaire universel de la géographie commerçante” de Peuchet, avaliados em 25 mil réis cada um. Das outras obras que aparecem bem avaliadas estão “Traités bien faisence” de Pothien, “Boletim universal” de Ferussac (havia 134 volumes do periódico na biblioteca), valendo 20 mil réis; “Dicionário Jurídico” de Pereira e Souza, “Encyclopedie”, sem autor indicado, com 4 volumes valendo 12 mil réis.

Assim, concluímos que a biblioteca da família Fernandes Pinheiro, além de ser rara para o período, era extremamente rica e diversa, possuindo livros de diferentes áreas de conhecimento, possivelmente sendo lida por todos os membros da família. Desde os romances e manuais de medicina que eram lidos pelas mulheres, periódicos e livros didáticos utilizados pelos filhos e as obras de direito, literatura e história que eram do interesse do Visconde.

savant de l'époque, La Décade a contribué a établir pour la première fois le <<pouvoir intellectuel>> de la presse a côté des autres pouvoirs traditionnels.

CONCLUSÃO

O nosso objetivo nesse trabalho foi compreender as práticas de leitura de famílias de elite, tendo como foco a família Fernandes Pinheiro. A partir da noção da excepcionalidade dessa família, concluímos que seus membros eram uma espécie de elite dentro da própria elite. O inventário do Visconde de São Leopoldo, a fonte principal dessa pesquisa, listava o patrimônio – avaliado em 67.586\$730 - detalhado da família, entre joias, móveis, escravos e livros.

Através da análise do inventário, nossa metodologia consistiu em transcrever e fichar o inventário da família, produzindo assim um banco de dados no *Microsoft Excel*, relativo à biblioteca da família, onde as categorias eram autor, título, volume, valor, idioma e categoria literária. A partir desse banco de dados, aliado a outras fontes como correspondências pessoais da família e obras produzidas pelo Visconde, analisamos as possíveis práticas de leitura dessa família.

No primeiro capítulo realizamos um balanço da bibliografia relativa aos assuntos que permeiam nosso trabalho, como história da família e das elites, bem como sobre história cultural e práticas de leitura. Buscamos realizar uma breve apresentação e contextualização da família em questão, que foi mais aprofundada no capítulo dois. Assim, concluímos que a maior parte dos livros da biblioteca era composta por obras relacionadas ao Direito, que era a formação do Visconde. Na divisão por idiomas, os livros em português são maioria, seguidos por francês e latim (dois idiomas que o Visconde dominava, como demonstramos no capítulo 2).

Já no segundo capítulo, exploramos algumas das categorias temáticas da biblioteca, que foi dividida em: Direito, Literatura, Artes, Medicina, Ciências, Economia, Filosofia, História, Teologia, Política e Periódicos. Outro assunto pertinente nesse capítulo foi relativo aos espaços de sociabilidade da leitura, como gabinetes e bibliotecas. Também discutimos acerca da educação do Visconde de São Leopoldo e da leitura feminina em Porto Alegre no século XIX. Assim, compreendemos que a educação era restrita na província até para alguns membros da elite, tendo o Visconde na sua infância dificuldade para estudar. O filho José Feliciano estudou na tradicional escola do Rio de Janeiro “Imperial Collegio de Pedro II” e as filhas eram educadas por professores particulares, tendo aulas de francês e piano também. Na biblioteca algumas obras nos sugerem a preocupação com a educação das meninas, com manuais didáticos e

orientações para a educação feminina. Os livros de medicina também estavam presentes na biblioteca, sendo prática comum nas casas do século XIX, com os manuais práticos.

No último capítulo foi onde conseguimos realizar conclusões mais sólidas. Nosso objetivo inicial era compreender a biblioteca da família como forma de auto-representação de uma elite, bem como as redes de relações que se formavam a partir da leitura. A partir dos conceitos de Bordieu e Elias, compreendemos que a posse de livros representava além do capital cultural e simbólico da família, mas também um estilo de vida e autoafirmação social. Além da enorme biblioteca da família, outros itens do inventário nos demonstram esse consumo de prestígio, voltado também para demarcar as distinções sociais, como a residência da família, com um grande jardim, móveis e louças importadas, joias e quadros.

Assim, conseguimos compreender em parte as práticas de leitura de uma família de elite do século XIX, respondendo a maior parte dos questionamentos iniciais de pesquisa, através de hipóteses que foram comprovadas com as nossas fontes. A leitura era, de fato, bastante restrita para a sociedade do oitocentos, podendo assim reafirmar que, mesmo dentro da elite, essa prática não era totalmente difundida. A família Fernandes Pinheiro, possuindo a grande quantidade de livros que descrevemos, se colocava como elite intelectual, detentora de um grande capital cultural e simbólico.

ANEXO 1 – Árvore Genealógica Família Fernandes Pinheiro



ANEXO 2 – Rol de livros

Rol dos livros que manda vir da Inglaterra a P. Al. Fr. Jozé Mariano da Conceição Velozo a 17 de Outubro de 1799

- Political Detection or the Treachery and Tyranny of Administration, Both at Home and Abroad. By Junius Americanus ... 1 Vol... 2 exemplares
- Travel into North America: containing its Natural History, and a Circumstantial account of Plantations and Agriculture By John Reinhold Foster ... 3 Vol
- A catalogue of the animals of North America, containing an enumeration of the known quadrupeds, birds, reptiles, fish, insects. By John Reinhold Foster
- Flora America Septentrionalis: or a catalogue of the plants of North America. By John Reinhold Foster
- De Pass, Recherches Philosophiques sur les Americains ... 3 vol.
- Le Oeuvres complet de Al L'abbé de Hably ..(2 exemplares da ultima edição)
- Le Oeuvres complete de Al L'abbé Raynal .. (3 exemplares da última, e mais aumentada edição compreendendo-se também = Hystoria Philosophica)
- Geographie missonné Par Alentelle ... (2 exemplares)
- Na essay on the power or intellectual faculty. By Reul
- Hystory of Charles V. By Robertson ..(2 exemplares da ultima edição)
- L'Astronomie de La Londe...

Rol de varias outras cousas

- 2 cortinas
- 2 amostras mineralógicas
- 2 laboratorios portáteis
- 1 Bu.. Vertical, ou dipping
- 1 Relogio de segundos
- 2 Balanças hidrostáticas

ANEXO 3

Conjunto das 12 cartas – Obra “Cartas sobre a educação de meninas”

Carta I – Motivos desta obra. Influencia das Mulheres na Condição dos Povos, na Sociedade, e na prosperidade das Famílias. Diferença entre a sorte das Mulheres nos Povos Meridionaes e Septentrionaes da Europa.

Carta II – Diferentes ramos da Educação. Educação moral. Preceitos, Exemplos, Hábitos. Acerto no uso destes Meios.

Carta III – Educação Intellectual. Cultura da Razão e Entendimento. Conhecimentos próprios da mulher. Perfeição nas Primeiras Letras. Geographia, Historia, Amor á leitura. Novellas.

Carta IV – Educação Domestica. Trabalhos e Ocupações próprias da Mulher.

Carta V – Educação nas Artes. Desenho, Bordado, Musica, Dança. Moderação na aquisição e cultura das Artes.

Carta VI – Educação Physica. Exercicios, Alimentos, Traje.

Carta VII – Educação Religiosa. Practicas, Ensino, Leitura do Novo Testamento. Tolerância.

Carta VIII – Educação do Sexo Feminino em Inglaterra.

Carta IX – Tradução das Cartas de huma mãe Ingleza a sua Filha.

Carta X – Máximas para o procedimento de huma Senhora.

Carta XI – Virtudes próprias da Mulher.

Carta XII – Vida no campo, sua influênciã na condiçã da mulher.

ANEXO 4 – Cadeirinha da Viscondessa de São Leopoldo

FOTO 2

"Cadeirinha de arrua", que pertenceu à Viscondessa de São Leopoldo, e que se conserva até hoje entre os objetos históricos existentes no solar.

ANEXO 5 – Imagens atuais do Solar

LISTA DE FONTES

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

- Inventário do Visconde de São Leopoldo, 1o cartório de órfãos de Porto Alegre, ano 1848, número 1.633, maço 80. Disponível em: Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul (IHGRS)

- Carta de Dom Mateus da Ressurreição, Bispo de São Paulo, dando boas vindas ao retorno do Visconde de S. Leopoldo a Santos e solicitando informações sobre dinheiro enviado a Portugal para pagamento de despesas do Livreiro Borelli. São Paulo. 23 de junho de 1802. f fls. VSL, pasta 5, n. 22 (ant. 036)

- Carta de Louis Czerniewicz ao Visconde de S. Leopoldo, solicitando proteção para estabelecer-se como médico em país estrangeiro, por indicação de Saint-Hilaire e Silvestre Pinheiro. Rio de Janeiro. 15 de maio de 1840. 1 fl. VSL, pasta 8, n. 61 (ant. 294)

- Carta do Visconde de Santarém [Manoel Francisco de Macedo Leitão e Carvalhosa] ao *Titular* [Visconde de São Leopoldo], informando ter sido comunicado que o Tomo IV Parte 1 de sua obra diplomática já chegou ao Rio de Janeiro e que enviará do Tomo IV Parte 2 da mesma obra. Paris. 26 de outubro de 1844. 2 fls. VSL, pasta 9, n. 78 (ant. 325)

- Rol [Lista] de livros e outros objetos escrita pelo Titular, relacionando os títulos mandados vir da Inglaterra pelo Frei José Mariano da Conceição Veloso. Lisboa. 17 de outubro de 1799. 2 fls. (A segunda folha é apenas uma metade da folha anterior.) VSL, pasta 2, n. 5 (ant. 029)

- Rascunho de carta do Titular (Visconde de S. Leopoldo) ao Desembargador Rodrigo de Souza da Silva Pontes, saudando o amigo com a lembrança de Antônio Pires da Silva Pontes⁷, tradutor de um livro que viu ao dirigir-se à sua pequena livraria. Porto Alegre. 25 de fevereiro de 1840. 1 fl. VSL, pasta 8, n. 58 (ant.286)

- Carta do Titular ao filho [José Feliciano Fernandes Pinheiro], lembrando o 12º aniversário do menino que está estudando longe da família; recomendando empenho nos exames; tratando de questões cotidianas, como roupas e saídas do Colégio. Porto Alegre. 04 de outubro de 1844. 2 fl. VSL, pasta 9, n. 76 (ant. 365)

- Carta de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia. [tipografia] ao Titular [Visconde de São Leopoldo], informando a remessa de livros encomendados por José Vieira de Faria Júnior, assim como a conta que deve. Rio de Janeiro. 15 de fevereiro de 1845. 2 fls.

Hemeroteca do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro

- BARBOSA, Antonio da Cunha. José Feliciano Fernandes Pinheiro: Visconde de S. Leopoldo. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil, tomo LXXII, parte 2. Rio de Janeiro: IHGB, 1904.

- PINHEIRO, José Feliciano. Memórias do Visconde de S. Leopoldo. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil, tomo XXXVII, parte segunda. Rio de Janeiro: IHGB, 1858.

- PINHEIRO, José Feliciano. O IHGB é o representante das ideias de ilustração que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente. Revista Trimensal do Instituto Histórico Geographico e Etnographico do Brasil, tomo I, terceira edição. Rio de Janeiro: IHGB, 1908.

Hemeroteca Digital Brasileira – Biblioteca Nacional

- PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro. Apontamentos biographicos sobre o Visconde de S. Leopoldo. In: Biographias de Rio-Grandenses illustres pelas Sciencias, Letras, Armas e Virtudes. Revista O Guayba. Edição n. 8, setembro de 1856, ano 1, n. 6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Martha. *O Império do Divino*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- ALGRANTI, Leila Mezan. Livros de devoção, atores de censura: ensaios da história do livro e da leitura na América Latina. São Paulo: Hucitec; Fapesp, 2004.
- BAKHTIN, Mikhail. *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Editora Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1993.
- BARBOSA, Carla. A casa e suas virtudes: relações familiares e a elite farroupilha (RS, 1835 – 1845). Dissertação (mestrado) – Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, RS: 2009. 139p.
- BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tão grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835. *Afro-Ásia*, v.29/ 30, p.79-132. 2003
- BASTOS, Maria Helena Camara. Leituras das famílias brasileiras no século XIX: O Jornal das famílias (1863 – 1878) In: *Revista Portuguesa de Educação*, ano/vol. 15, número 2. Universidade do minho: Braga, Portugal, 2002, p. 169 – 214.
- BESSONE, Tania Maria. Palácios de destinos cruzados: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro (1870-1920). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- BOSEQ, Marie-Claire. A França e os intercâmbios transatlânticos no século XIX. In: ABREU, Marcia. DAECTO, Marisa (orgs.) *A circulação transatlântica dos impressos: conexões*. Campinas, SP: UNICAMP, 2014.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- _____. Gosto de classe e estilo de vida. In: ORTIZ, R. *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983. p. 82-121.
- BRUGGER, Silvia Maria Jardim. Minas Patriarcal – Família e Sociedade (São João del Rei, séculos VXIII e XIX. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2002. (Tese de Doutorado)
- BURKE, Peter. O que é história Cultural? Trad. Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. 191p.
- CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CANDIDO, Antonio. “A evolução da cultura de um homem se evidencia nos livros que leu”. In: *Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: s.e., nº 138, 1990, pp. 82-86.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CASTRO, Celso; LEMOS, Renato (orgs.). *O diário de Bernardina: da Monarquia à República pela filha de Benjamin Constant*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Acerca del origen del Estado en el Rio de La Plata*. Anuário del IEHS 10, Tandil, 1995.

DARNTON, Robert. *História da Leitura*. In: BURKE, Peter (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

DUTRA, Pedro. *Literatura jurídica do Império*. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Padma, 2004.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte – Investigação sobre a Sociologia da realeza e da Aristocracia de Corte*. Rio de Janeiro, Zahar, 2001: pps. 63, 86, 91.

_____. *O Processo Civilizatório*. Volume 2. *Formação do estado e Civilização*. Rio de Janeiro, Zahar, 1993.

FARIA, S. C. *Família*. In: VAINFAS, R. (Ed.). *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

FARINATTI, Luís Augusto. *Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)*, Rio de Janeiro, PPGHIS-UFRJ, Tese de Doutorado, 2007.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. *Inventários e testamentos como fontes de pesquisa*. In: *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*. Campinas: Alínea, 2009. p. 25-35.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio C. Jucá de (Orgs.). *Arquivos paroquiais e história social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FRAGOSO, João. *Alternativas metodológicas para a história econômica e social: micro-história italiana, Fredrick Barth e a história econômica colonial*. In: ALMEIDA, C.; OLIVEIRA, M. (orgs.). *Nomes e números: alternativas metodológicas para a história econômica e social*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2006.

FRAIZ, Priscila. *A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Um engenheiro francês no Brasil*. (Coleção Documentos Brasileiros). Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

FURTADO, Junia. *A Morte como testemunho da vida*. In: LUCA, Tânia Regina de;

PINSKY, Carla Bassanezi (Orgs). *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

GARCIA, Natalia. MOREIRA, Paulo. Negro não se casa: um balanço da historiografia sobre família escrava no Rio Grande do Sul. In: SCOTT, A. S. V. (org.). *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987.

GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOMES, Carla Renata Antunes de Souza. *Entre tinteiros e bagadus: memórias feitas de sangue e tinta: a escrita da história em periódicos literários porto-alegrenses do século XIX (1856-1879)*. Porto Alegre, PPGH/UFRGS, 2012. [Tese de doutorado em história]

_____. O Guayba: o papel do jornalismo literário na formação dos jovens sul-rio-grandenses em Porto Alegre (1856-1858) In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 16, n. 25, 2º sem. 2015

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrin. *Civilizando as artes de curar: Chernoviz e os manuais de medicina no Império*. Rio de Janeiro: Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, 2003. [Dissertação de mestrado]

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil – sua história*. São Paulo: EDUSP, 2ª edição revista e ampliada, 2005.

HAMEISTER, M. D. Para dar calor à nova povoação: estudo sobre estratégias sociais e familiares a partir dos registros batismais da vila do Rio Grande (1738-1763). (Doutorado em História)

HESPANHA, António Manuel. *História das instituições. Épocas medieval e moderna*. Coimbra, Almedina, 1982.

HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. *Estudos Históricos*. Vol. 10, nº 19, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1997.

HOLANDA, S. B. D. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio. 197

JINZENJII, Mônica Yumi. Cartas sobre a educação das meninas por huma sra. Americana: um manual para a formação de professoras primárias (1838). In: *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação*, 2004.

KÜHN, F. *Gente da fronteira: família, sociedade e poder no Sul da América Portuguesa – século XVIII*. (Doutorado). Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. 479 p.

LACOMBE, Américo Jacobina. A cultura jurídica. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira*. São Paulo, SP: Difel, 1985.

LEAL, E. C. . Castilhos e Honorina: fragmentos biográficos em cartas de amor. Caxias do Sul. (Dossiê: Biografias). *Métis* (UCS), Caxias do Sul, v. 2, n.3, p. 109-127, 2003.

LIMA, Jorge Luiz Ferreira. Entre caminhos e lugares do livro: gabinetes de leitura na região norte do Ceará (1877 – 1919) Dissertação de mestrado, PPG em História Social. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2011, 210 p.

MACHADO, C. O patriarcalismo possível: relações de poder em uma região do Brasil escravista em que o trabalho familiar era a norma. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.23, n.1, p.167-186. 2006.

MAIA, Leonardo *A força da pena: um estudo acerca da valorização do bacharel em direito nas relações políticas dos sul-riograndenses: Pelotas e Alegre (1850 – 1870)*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em História. Universidade Federal de Santa Maria: Santa Maria, RS, 2016.

MANACORDA, Mario Alighero. *História da Educação: da Antiguidade aos nossos dias*. 12ª edição, São Paulo, Cortez, 2006.

MARTINS, Maria Fernanda. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. In: *TOPOI*, v. 7, n. 12, jan.-jun. 2006, pp. 178-221

_____. Os Tempos de Mudança: elites, poder e redes familiares, séculos XVIII e XIX. In FRAGOSO, João Luis R., ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de, SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. (Orgs.). *Conquistadores e Negociantes: história de elites no Antigo Regime nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007a, p. 403-434.

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)*. São Leopoldo, PPGH/Unisinos, 2012. (Dissertação de mestrado em História)

MATHEUS, Marcelo Santos. *Fronteiras da Liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império brasileiro (província do Rio Grande de São Pedro, Alegrete, 1829-1888)*. São Leopoldo, PPGH/Unisinos, 2012. (Dissertação de mestrado em História)

MAXWELL, Kenneth. *Marquês de Pombal : paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MOMESSO, Beatriz Piva. *Oslivros, a Livraria B. L. Garnier e os modos de leitura de um político do Império*. In: *Anais do XV Encontro Regional de História da ANPUH-Rio*. Rio de Janeiro, 2012.

MUAZE, Mariana. *O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840 – 1889)*. 406f. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

MUNIZ, Diva do C. G. Construindo diferenças: a escolarização de meninos e meninas nas Minas oitocentistas (1834-1889). In: LOPES, Ana Amélia Borges M.; GONÇALVES, Irlen Antônio et alii. (orgs.) História da Educação em Minas Gerais. Belo Horizonte, FCH/FUMEC, 2002.

NEVES, Lucia Maria Bastos. FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. BRASIL, PORTUGAL E FRANÇA: A Circulação de Idéias Políticas e Culturais por Meio dos que Tratam em Livros (1808 – 1830). In: ABREU, Marcia. DAECTO, Marisa (orgs.) A circulação transatlântica dos impressos: conexões. Campinas, SP: UNICAMP, 2014.

PADOIN, Maria Medianeira. O Federalismo, a Região Platina e a Revolução Farroupilha. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

PEREIRA, Nicolau Vicente. Parecer sobre a these seguinte: a influencia da mulher sobre a civilização, desde os primeiros seculos ate nossos dias, tem sido benefica ou perniciosa? Revista do Parthenon Litterario, Porto Alegre, nº 5, p. 24, 1869. In: SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Op. cit.

PERROT, Michelle. *História dos Quartos*, São Paulo, Paz e Terra, 2011.

PERUSSATTO, Melina. Como se de ventre livre nascesse: experiências de cativo, emancipação e liberdade nos derradeiros anos da escravidão – Rio Pardo, RS, c.1860-c.1888. Dissertação de mestrado. São Leopoldo, UNISINOS, 2010.

PETIZ, Silmei. Caminhos cruzados: família e estratégia escrava na Fronteira Oeste do Rio Grande de São Pedro (1750-1835). Tese de Doutorado. São Leopoldo: UNISINOS, 2009.

PONCIONI, Claudia. Trajetos de livros, técnicas e ideias: França – Brasil 1840 e 1846. In: ABREU, Marcia. DAECTO, Marisa (orgs.), 2014 In: ABREU, Marcia. DAECTO, Marisa (orgs.) A circulação transatlântica dos impressos: conexões. Campinas, SP: UNICAMP, 2014.

REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, vol. 15, n. 45, set./dez. 2010, p. 434-444.

RIZZINI, Carlos de Andrade. O livro, o jornal e a tipografia no Brasil (1500 – 1822). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/ IMESP, 1988.

ROCHA, Cristiany Miranda. *Histórias de famílias escravas*: Campinas, Século XIX. Campinas: UNICAMP, 2004.

SACCOL, Tassiana. Um propagandista da República: política, letras e família na trajetória de Joaquim Francisco de Assis Brasil (década de 1880). Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS: Porto Alegre, 2013.

SANTOS, Sherol. *Apesar do cativo*: família escrava em Santo Antônio da Patrulha (1773-1810). São Leopoldo: UNISINOS, 2009. (Dissertação de Mestrado).

SAVIANI, Demerval. *História das Ideias Pedagógicas no Brasil*. Campinas, Autores Associados, 2007.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Contextos de leitura no Rio de Janeiro do século XIX: salões, gabinetes literários e bibliotecas. apud LIMA, Jorge Luiz Ferreira. Op. cit.

SCHERER, Jovani de Souza. *Experiências de Busca da Liberdade: Alforria e Comunidade Africana em Rio Grande, século XIX*. São Leopoldo, PPGH/ Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008; [Dissertação de mestrado em História]

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As faculdades de direito ou os eleitos da nação. In: _____. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 141-188.

SCOTT, A. S. V. . As teias que a família tece: uma reflexão sobre o percurso da história da família no Brasil. *História. Questões e Debates*, v. 51, p. 13-29, 2009

_____. *História da Família no Brasil Meridional: temas e perspectivas*. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2014.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2008, p. 33

SYMANSKI, L. Espaço Privado e Vida Material em Porto Alegre. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.

VAINFAS, R. *Trópico dos Pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus. 1989.

VARGAS, Jonas. *Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul (1850-1889)*. Santa Maria: Editora da Universidade Federal de Santa Maria, 2010.

_____. *Pelas margens do Atlântico: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2013, 505 p.

_____. Uma fonte, muitas possibilidades. As relações sociais por trás dos inventários post-mortem. In: *Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul: Produzindo história a partir de fontes primárias*. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas, 2013.

VENANCIO, Gisele Martins. *Oliveira Vianna entre o espelho e a máscara*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

VENDRAME, Maira. *Ares de Vingança: redes sociais, honra familiar e práticas de justiça entre imigrantes italianos no sul do Brasil (1878-1910)*. Porto Alegre, PPGH / PUCRS, 2013. [Tese de doutorado]

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua, instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e. (Org.). *História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v. 1, p. 331-385.

_____. Reformismo Ilustrado, Censura e Prática de leitura: Usos do Livro na América Portuguesa. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1999.

VOGT, Olgário Paulo; RADÜNZ, Roberto Radünz. *Do presente ao passado: inventários post-mortem e o ensino de história*. *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 2, nº. 6 – Agosto de 2013 – Edição Especial, São Leopoldo, PPGH-UNISINOS, pps. 25/38.

WITTER, Nikelen. Uma biblioteca no pampa: livros, leitura e leitores no Rio Grande do Sul do século XIX. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH: São Paulo, julho 2011.

XAVIER, Regina Célia Lima. Prefácio. In: APERS. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos. Documentos da escravidão : inventários : o escravo deixado como herança / Coordenação Bruno StelmachPessi. – Porto Alegre : Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010: pps. 11/15.